

Aperto monetário



FMI eleva para 2,9% a projeção de alta do PIB

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou em alta sua projeção para o crescimento do PIB global neste ano, de 2,7% calculados em outubro para 2,9%. Por outro lado, reduziu a expectativa para o avanço da economia mundial em 2024, de 3,2% a 3,1%. O aperto monetário realizado por bancos centrais para conter a inflação continua a pesar na atividade econômica. **PÁGINA 3**

Investimentos

ExxonMobil amplia lucro, mas receita decepciona

A ExxonMobil teve lucro líquido US\$ 12,75 bilhões no quarto trimestre de 2022, equivalente a US\$ 3,09 por ação. O resultado é 44% maior do que o ganho de US\$ 8,87 bilhões (US\$ 2,08 por ação) que a maior petrolífera dos EUA apurou em igual período de 2021. Com ajustes, a ExxonMobil teve lucro por ação de US\$ 3,40 no trimestre, acima das projeções. **PÁGINA 4**

Financiamento

Caterpillar tem queda no lucro para US\$ 1,4 bilhão

A Caterpillar registrou lucro de US\$ 1,454 bilhão no quarto trimestre de 2022, ou US\$ 2,79 por ação, com lucro por ação ajustado de US\$ 3,86. Analistas ouvidos pelo FactSet previam lucro por ação ajustado de US\$ 4,02 no balanço mais recente. **PÁGINA 3**

Oportunidades

Rio poderá receber até 73 eventos esportivos

A Prefeitura do Rio e a Secretaria Municipal de Esportes, em parceria com o Rio CVB/Visit Rio, apresentaram, na terça-feira, o "Mapa de Oportunidades para o Rio nos próximos 10 anos". Fruto de um convênio com a 2IS, o primeiro diagnóstico aponta 73 torneios de prestígio mundial que a cidade está apta a receber. **PÁGINA 8**

Ministro diz que é uma vergonha o que está acontecendo no Carf

Haddad admite que déficit alto preocupa

Ministro discute agenda rápida de crédito para o País, com sistema de garantias e diminuição do spread para proporcionar empréstimo barato

FEBRABAN



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na terça-feira, 31, que a redução do déficit previsto para 2023 é uma grande preocupação do governo com relação à inflação. A declaração ocorreu após o ministro ser questionado sobre o impacto da retomada dos impostos federais sobre combustíveis. "A inflação você vê no médio e longo prazo. O impacto precisa medir o conjunto das contas públicas", comentou. Ele afirmou que é uma vergonha o que está acontecendo no Conselho

Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). "Não há nenhum País no mundo que tenha esse sistema de solução de litígio", disse o ministro, que propôs a volta do voto de qualidade no Conselho. "Nenhum País da OCDE ou do G20 tem esse sistema." E ironizou: "Eu gostaria de julgar meus próprios casos." Haddad disse ainda que a reforma tributária proposta pelo governo deverá englobar uma redução da carga de impostos para alguns setores da economia. Segundo ele, a reforma e o novo arcabouço fiscal estiveram entre os principais temas discutidos no encontro. **PÁGINA 2**

CRÉDITO DE CARBONO

Lula diz que é possível criar uma economia verde no País

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) relatou na terça-feira, 31, mais trechos de sua conversa com o chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, com quem se reuniu na véspera no Palácio do Planalto. "Eu disse textualmente à Alemanha que nunca iremos transformar Amazônia em santuário da humanidade", contou o petista, que reiterou sua disposição em fomentar a pesquisa na floresta "por quem entende". **PÁGINA 6**



CANAL DIRETO

Presidente cria conselho para facilitar as negociações com os movimentos sociais

PÁGINA 6

REELEIÇÃO

Pacheco promete discutir cargo de senador vitalício para presidentes no País

PÁGINA 7

POSICIONAMENTO

Lira diz que ato radical de governo nunca contará com apoio da Câmara

PÁGINA 7

APOSENTADORIA

França tem nova greve geral contra proposta de reforma da Previdência

PÁGINA 5

IBOVESPA 113.430,54 ↑ 1,03%										BOLSAS NO MUNDO				
Majores Altas				Majores Baixas				Mais Negociadas				FECHAMENTO		
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.		PREÇO - R\$	%	OSCIL.		PREÇO - R\$	%	OSCIL.			%
COGNA ON ON NM	2.38	+10.19%	+0.22	ASSAI ON NM	19.650	-5.44%	-1.130	VALE ON NM	94.51	-0.49%	-0.47	DOW JONES	34.086,04	+1,09%
HAPVIDA ON NM	5.15	+9.57%	+0.45	JBS ON NM	20.08	-3.97%	-0.83	PETROBRAS PN N2	26.07	+1.24%	+0.32	S&P 500	4.076,60	+1,46%
YDUQS PART ON NM	10.33	+7.16%	+0.69	KLABIN S/A UNT N2	19.34	-1.78%	-0.35	ITAUNIBANCOPN N1	25.33	+1.56%	+0.39	NASDAQ	11.584,55	+1,67%
DEXCO ON NM	7.54	+6.95%	+0.49	MINERVA ON NM	13.99	-1.62%	-0.23	BRASIL ON NM	40.70	-0.27%	-0.11	DAX 30	15.128,27	+0,014%
PETZ ON NM	7.24	+6.63%	+0.45	RAIADROGASILON NM	24.83	-1.59%	-0.40	ASSAI ON NM	19.650	-5.44%	-1.130	FTSE 100	7.771,70	-0,17%
												IBEX 35	9.032,30	-0,19%

DÓLAR COMERCIAL		PESO		EURO		LIBRA		OURO	
COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA	BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
5,076	5,077	↓ -0,75%		5,515	5,516	↓ -0,58%		310,01	USD\$ 1.928,64
			0,027				6,277		
							6,279		
			↓ -0,98%				↓ -1,06%		

INFLAÇÃO ALTA

Haddad admite que aumento do déficit público preocupa governo

Ministro da Fazenda afirmou que a reforma tributária proposta pelo governo deverá englobar uma redução da carga de impostos para alguns setores e que o Congresso está pronto para analisá-la

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na terça-feira, 31, que a redução do déficit previsto para 2023 é uma grande preocupação do governo com relação à inflação. A declaração ocorreu após o ministro ser questionado sobre o impacto da retomada dos impostos federais sobre combustíveis. "A inflação você vê no médio e longo prazo. O impacto precisa medir o conjunto das contas públicas", comentou.

Haddad participou no período da manhã de reunião com o Conselho da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em São Paulo.

Além do ministro, participaram do encontro a ministra do Planejamento, Simone Tebet, a ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Entre os presentes, estavam o presidente da Febraban, Isaac Sidney, o presidente do Conselho da Febraban, Octavio de Lazari Júnior, o CEO do BTG Pactual, Roberto Sallouti, o presidente do Conselho do BTG Pactual, André Esteves, o CEO do Itaú Unibanco, Milton Maluhy, o co-presidente Itaú Unibanco, Pedro Moreira Salles e a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, além do CFO do BB Ricardo Forni, o CEO do Santander Brasil, Mario Leão, o presidente do Conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, a presidente da Caixa, Rita Serrano, e o ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy, diretor do banco Safra.

Ele afirmou que é uma ver-



Haddad: "é uma vergonha o que está acontecendo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Não há nenhum País no mundo que tenha esse sistema de solução de litígio"

gonha o que está acontecendo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). "Não há nenhum País no mundo que tenha esse sistema de solução de litígio", disse o ministro, que propôs a volta do voto de qualidade no Conselho. "Nenhum País da OCDE ou do G20 tem esse sistema." E ironizou: "Eu gostaria de julgar meus próprios casos."

O ministro afirmou que é impossível o contribuinte julgar um auto de infração e que esse modelo faz com que 20

empresas se beneficiem com as teses mais absurdas, a ponto de desafiar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com o ministro, o Carf não foi assunto do na Febraban.

Haddad disse ainda que a reforma tributária proposta pelo governo deverá englobar uma redução da carga de impostos para alguns setores da economia. Segundo ele, a reforma e o novo arcabouço fiscal estiveram entre os prin-

cipais temas discutidos no encontro. "Nós discutimos uma agenda tanto para o setor produtivo na Fiesp, e para o financeiro, na Febraban", disse o ministro ao deixar a reunião.

Haddad afirmou que a reforma já poderia ter sido votada e que o Congresso "está maduro". "Há nas duas Casas ambiente favorável", disse Haddad, que pontuou que a reforma deve resultar, entre outros pontos, em melhora no crescimento econômico e na vida das empresas e indústrias.

A discussão com a Febraban, segundo o ministro, ainda abordou o tema do arcabouço fiscal. Haddad afirmou que a nova regra já está contratada e que a equipe econômica está formulando a proposta. O ministro lembrou que a PEC de Transição previa a apresentação do novo arcabouço até agosto, mas que a perspectiva atual é que o presidente Lula valide a proposta até abril.

A questão do crédito também entrou na ordem do dia, de acordo com o ministro, que

declarou que o tema também foi pauta de uma discussão com o Banco Central. "Estamos conversando sobre uma agenda rápida de crédito no País, com sistema de garantias e diminuição do spread, para que exista mais crédito barato. O crédito caro impede os negócios."

A eficiência da máquina pública, a qualidade dos gastos e dos processos internos também foi abordada no encontro com a Febraban, segundo o ministro.

OTIMISMO

Faixa de renda mais baixa deve consumir mais em 2023

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF), apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) subiu 1,3% em janeiro na comparação com dezembro, já descontados os efeitos sazonais. A perspectiva de consumo foi o item que mais cresceu na comparação mensal, na ordem de 2,7%, puxado pelas famílias de menor renda, que entraram em 2023 com mais disposição para gastar, segundo a CNC.

O aumento geral da ICF foi puxado pela intenção das famílias com salários mais baixos, subindo 1,9% em relação a dezembro do ano passado

e 25,7% na variação anual. O índice atingiu 91,2 pontos e, embora esteja ainda na zona de insatisfação (abaixo dos 100 pontos), é o maior desde abril de 2020.

"Uma das causas do otimismo é a ampliação do principal programa de transferência de renda do governo, com o pagamento do valor mínimo de R\$ 600, além do incremento de R\$ 150 por criança até seis anos", explica a economista responsável pela ICF, Izis Ferreira.

Segundo ela, essa injeção de mais recursos nos orçamentos das famílias pelo governo Lula gera ânimo ao consumo, mesmo com maior endividamento e dificuldade de acesso ao crédito. Por outro lado, as famílias que recebem maiores salários pretendem reduzir o nível de consumo.

Na variação anual, a ICF aumentou 23,1% em janeiro deste ano, em relação ao mesmo mês de 2022. O maior destaque ficou com o índice perspectiva profissional, que teve alta de 25,1% em comparação com janeiro do ano passado.

Os consumidores entrevistados estão mais satisfeitos com a renda atual: o indicador avançou 2% em janeiro, em relação ao mês anterior, e apresentou alta de 31,8% no comparado com o mesmo período

de 2022. Aproximadamente 39% dos entrevistados afirmaram estar recebendo o mesmo valor do ano passado, e cerca de 35% tiveram melhora da renda. Para 25,6% dos entrevistados, a renda piorou.

Segundo Ferreira, os consumidores de rendas média e baixa acreditam em uma melhora das condições de consumo nos próximos meses. Por outro lado, as famílias de maior renda estão mais frustradas com a conjuntura econômica e menos dispostas a gastar no começo de 2023: a intenção de consumo caiu 1% entre eles.

"Os consumidores desse grupo estão menos satisfeitos

com o nível de consumo atual, pois estão pagando mais pelos serviços em geral, e mais descontentes com a perspectiva profissional e com o acesso ao crédito, que está mais caro e seletivo", informa Ferreira.

Conforme a economista, a proporção de endividados no ano passado cresceu mais entre esse grupo, como mostrou o relatório anual de 2022 da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência dos Consumidores (Peic), também realizada pela CNC. Mesmo assim, a ICF continua no espectro do otimismo para essa faixa de renda, com 107,7 pontos. A variação anual indicou crescimento de 15,1%.

"Mesmo que a Peic tenha mostrado que as mulheres estão mais endividadas do que os homens, a ICF expôs que elas avaliam a renda e o nível de consumo de forma mais positiva do que os homens", ressalta Ferreira.

No recorte por gênero, a ICF apontou que, entre as mulhe-

res, houve avanço de 3,3% em janeiro e 26% na variação anual na intenção de consumo. Apesar disso, o índice está em 91,4 pontos, ainda no campo de insatisfação. A taxa em relação aos homens está mais alta, em 96,2 pontos, e a perspectiva de compra aumentou 23,1% no comparativo com janeiro de 2022.

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, a inflação mais contida nos últimos meses tem beneficiado a renda disponível para o consumo, a despeito do maior endividamento das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no ano passado aumentou 5,8%; em 2021, o índice havia registrado alta de 10,4%.

"Esse dado indica que as famílias em geral esperam melhores condições de consumo no futuro. De fato, desde outubro de 2022, a perspectiva de consumo tem se mostrado mais positiva do que o consumo propriamente dito", disse Tadros.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.brSERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

ABAIXO DA MÉDIA

FMI eleva a projeção de aumento do PIB mundial para 2,9% em 2023

A entidade alerta que o aperto monetário realizado por bancos centrais para conter a inflação e a guerra da Rússia na Ucrânia continuam a pesar na atividade econômica em todo o mundo

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou em alta sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) global neste ano, de 2,7% calculados em outubro para 2,9%. Por outro lado, reduziu a expectativa para o avanço da economia mundial em 2024, de 3,2% a 3,1%. As informações estão no relatório Perspectiva Econômica Mundial.

O FMI lembra que, apesar da revisão em alta, o PIB de 2023 deve ficar abaixo da média vista entre 2000 e 2019, de crescimento de 3,8%. O aperto monetário realizado por bancos centrais para conter a inflação e a guerra da Rússia na Ucrânia continuam a pesar na atividade econômica, destaca a entidade. Para ela, a inflação caminha para seu pico, em quadro de "crescimento baixo".

Segundo o FMI, a rápida disseminação da covid-19 na China conteve o crescimento em 2022, mas a recente reabertura do país abriu caminho para uma recuperação mais rápida do que o esperado. O balanço de riscos global, de qualquer modo, continua a ser de baixa, acredita o Fundo, embora os riscos adversos tenham moderado desde o relatório trimestral anterior, de outubro.

Sobre a inflação global ao consumidor, o FMI projeta que ela desacelere de uma alta de 8,8% em 2022 a 6,6% em 2023 e a 4,3% em 2024, ainda bem acima dos níveis pré-pandemia, entre 2017 e 2019, de cerca de 3,5%. Nas projeções de outubro, o Fundo apontava para alta de 6,5% da inflação no mundo no ano atual e de 4,1% em 2024, portanto



Indústria: o FMI projeta que a inflação deve desacelerar de uma alta de 8,8% em 2022 para 6,6% em 2023 e 4,3% em 2024, bem acima dos níveis pré-pandemia

houve revisão para cima nos dois casos.

O FMI diz que, por um lado, um impulso na demanda em várias economias ou uma queda mais forte da inflação seriam fenômenos "plausíveis". Por outro lado, vê riscos no quadro de saúde na China que poderiam frear a recuperação, enquanto a guerra russa na Ucrânia poderia ter uma escalada. As condições financeiras globais mais apertadas poderiam ainda piorar problemas na dívida, acrescenta, citando também que os mercados financeiros poderiam ter reprecificação repentina, em resposta a notícias adversas na inflação, enquanto a maior fragmentação geopolítica poderia afetar o progresso

econômico.

O FMI acredita que os Estados Unidos terão crescimento de 1,4% em 2023, quando em outubro esperavam alta menor, de 1,0%. Já para 2024 houve revisão em baixa na expectativa para o crescimento econômico no país, de 1,2% a 1,0%.

Para a China, houve revisão em alta mais forte para 2023, de 4,4% de crescimento esperados em outubro para 5,2%, diante da reabertura econômica local. No caso de 2024, o FMI manteve a projeção de alta de 4,5% no PIB chinês.

Na zona do euro, a projeção é para alta de 0,7% no PIB no ano atual (de alta de 0,5% antes projetada) e de 1,6% em 2024 (de 1,8% anteriormente).

Apenas na Alemanha, o FMI espera agora crescimento de 0,1% no ano atual, quando em outubro apontava para contração de 0,3%, e em 2024 projeta avanço de 1,4% no PIB alemão (de alta de 1,5% anteriormente prevista).

O Reino Unido, por sua vez, deve sofrer contração de 0,6% em seu PIB neste ano, menor que o recuo de 0,9% antes previsto, com alta de 0,9% no PIB em 2024 (de alta de 0,6% antes prevista). Já para o caso da Rússia, a expectativa do Fundo é de crescimento de 0,3% no ano atual e de 2,1% no próximo, revisões em alta de 2,6 e 0,6 pontos percentuais, respectivamente.

Para o Japão, o FMI projeta crescimento de 1,8% neste

ano e de 0,9% no próximo. Houve um a alta de 0,2 pontos percentuais na projeção para este ano, mas corte de 0,4% para 2024.

O FMI revisou para cima a projeção do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e agora espera crescimento de 1,2% neste ano. Em sua última divulgação, em outubro, o organismo estava menos otimista e esperava 1,0%. Já para 2024 houve revisão para baixo na expectativa de alta do PIB brasileiro, de 1,9% a 1,5%.

Apesar disso, o Brasil figura entre as projeções de crescimento mais tímidas entre os seus pares da América Latina e de mercados emergentes, perdendo apenas para a África do Sul no próximo ano. Por outro

lado, em 2023, crescerá em linha com a estimativa média do FMI para economias desenvolvidas, conseguindo ficar à frente de países como Espanha, França e Itália.

O Brasil recebe poucas menções, no relatório do Fundo. É citado entre os países nos quais o núcleo da inflação está desacelerando, após a conclusão de ciclos de aperto monetário. Analistas privados, porém, acreditam que a taxa básica de juros (Selic) pode subir mais.

"O núcleo da inflação está diminuindo em algumas economias que concluíram seu ciclo de aperto, como o Brasil", diz o FMI, no relatório. O Fundo menciona também o fato de o apoio fiscal no Brasil ter sido "maior que o esperado", o que ajuda a apoiar o crescimento regional.

Para a América Latina e o Caribe, o FMI projeta crescimento de 1,8% neste ano e de 2,1% em 2024. Na comparação com a expectativa registrada em outubro, houve alta de 0,1 ponto porcentual para este ano, mas corte de 0,3 ponto porcentual para 2024.

"A revisão reflete atualizações para o Brasil e para o México devido à resiliência inesperada da demanda doméstica, crescimento acima do esperado nas principais economias parceiras comerciais e, no Brasil, apoio fiscal acima do esperado", afirma o FMI, em seu relatório trimestral.

Quanto a 2024, o Fundo diz que a revisão de sua projeção tem como pano de fundo "condições financeiras mais apertadas", preços mais baixos das commodities exportadas e revisões para baixo no crescimento de parceiros comerciais.

CRÉDITO RECORDE

Caterpillar tem queda no lucro líquido para US\$ 1,45 bilhão no 4º trimestre

A Caterpillar registrou lucro líquido de US\$ 1,454 bilhão no quarto trimestre de 2022, ou US\$ 2,79 por ação, com lucro por ação ajustado de US\$ 3,86. Analistas ouvidos pelo FactSet previam lucro por ação ajustado de US\$ 4,02 no balanço mais recente, portanto o resultado veio abaixo do esperado. Em igual período do ano passado, o lucro líquido havia sido de US\$ 2,12 bilhões, com lucro por ação de US\$ 4,91, ou US\$ 2,69 após ajustes.

As vendas e receitas para o quarto trimestre de 2022 ficaram em US\$ 16,6 bilhões, um crescimento de 20% na comparação anual. Este resultado superou a previsão dos analistas, de US\$ 15,82 bilhões.

As receitas somaram US\$ 2,73 bilhões em 2022, um aumento de US\$ 172 milhões, ou 7%, em comparação com US\$ 2,56 bilhões em 2021. O lucro foi de US\$ 535 milhões em 2022, um aumento de US\$ 30 milhões, ou 6%, em comparação com US\$ 505 milhões em 2021.

O aumento nas receitas deveu-se principalmente a um impacto favorável de US\$ 151 milhões de taxas de financiamento médias mais altas e

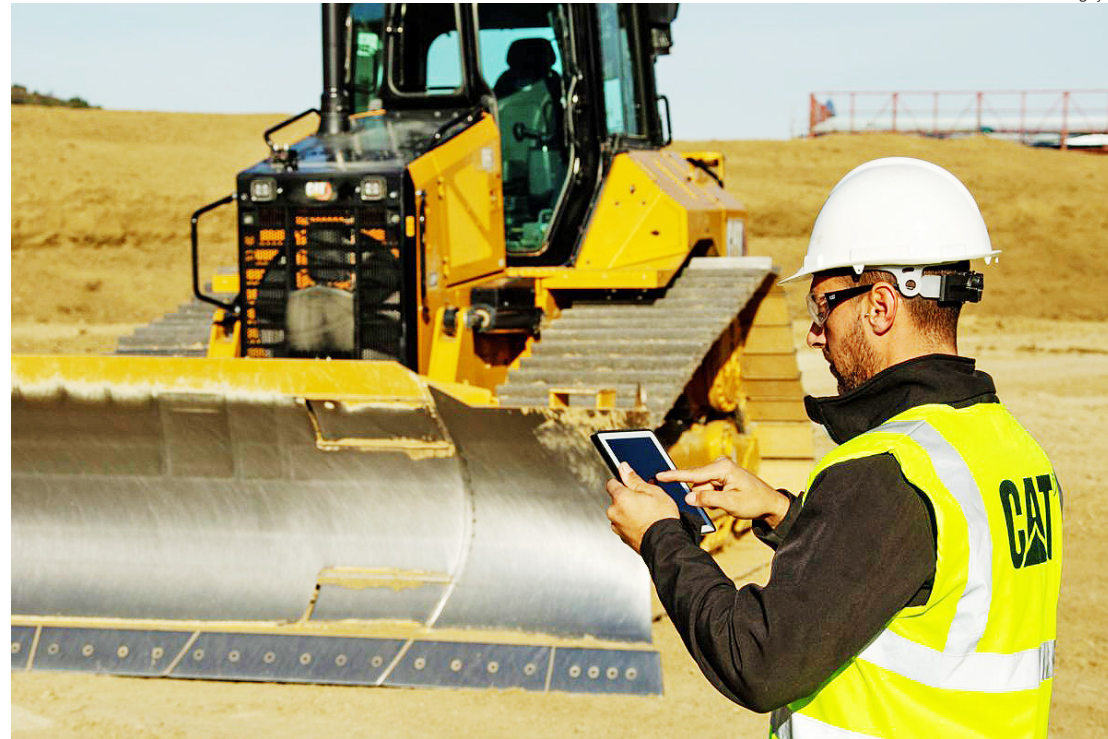
um impacto favorável de US\$ 55 milhões de equipamentos devolvidos ou retomados, parcialmente compensados por um impacto desfavorável de US\$ 38 milhões de ativos de rendimento médio mais baixo.

O lucro antes do imposto de renda foi de US\$ 731 milhões em 2022, um aumento de US\$ 36 milhões, ou 5%, em comparação com US\$ 695 milhões em 2021. O aumento deveu-se principalmente a um impacto favorável de US\$ 55 milhões de equipamentos devolvidos ou recuperados, parcialmente compensado por US\$ 19 milhões impacto desfavorável de ativos com rendimentos médios mais baixos.

A provisão para imposto de renda refletiu uma alíquota anual de 26% para 2022 e 2021.

Em 2022, o volume de novos negócios no varejo foi de US\$ 11,36 bilhões, uma queda de US\$ 1,74 bilhão, ou 13%, em comparação com US\$ 13,10 bilhões em 2021. A queda foi impulsionada pelo menor volume em todos os segmentos, com exceção de um aumento na América Latina.

No final de 2022, os atrasos eram de 1,89%, em com-



Caterpillar: as vendas e receitas para o quarto trimestre de 2022 ficaram em US\$ 16,6 bilhões, um crescimento de 20%

paração com 1,95% no final de 2021. As baixas, líquidas de recuperações, foram de US\$ 46 milhões para 2022, em comparação com US\$ 205 milhões para 2021. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para perdas de crédito totalizou US\$ 346 milhões, ou 1,29% dos recebíveis finan-

ceiros, em comparação com US\$ 337 milhões, ou 1,22% dos recebíveis financeiros em 31 de dezembro de 2021.

As receitas chegaram a US\$ 724 milhões no quarto trimestre de 2022, um aumento de US\$ 81 milhões, ou 13%, em comparação com US\$ 643 milhões no quarto trimestre

de 2021. O lucro do quarto trimestre de 2022 foi de US\$ 118 milhões, uma redução de US\$ 4 milhões, ou 3%, em comparação com US\$ 122 milhões no quarto trimestre de 2021.

O aumento nas receitas deveu-se principalmente a um impacto favorável de US\$ 97 milhões de taxas de financia-

mento. O lucro do quarto trimestre de 2022 foi de US\$ 118 milhões, uma redução de US\$ 4 milhões, ou 3%, em comparação com US\$ 122 milhões no quarto trimestre de 2021.

mento médias mais altas, parcialmente compensado por um impacto desfavorável de US\$ 14 milhões de ativos de rendimento médio mais baixos.

O lucro antes do imposto de renda do quarto trimestre de 2022 foi de US\$ 151 milhões, uma redução de US\$ 28 milhões, ou 16%, em comparação com US\$ 179 milhões no quarto trimestre de 2021. A queda foi principalmente devido a um impacto desfavorável de US\$ 37 milhões de uma provisão maior para crédito perdas, parcialmente compensadas por um impacto favorável de US\$ 12 milhões de uma redução nas despesas gerais, operacionais e administrativas.

Durante o quarto trimestre de 2022, o volume de novos negócios no varejo foi de US\$ 2,76 bilhões, uma queda de US\$ 666 milhões, ou 19%, em comparação com US\$ 3,42 bilhões no quarto trimestre de 2021. A queda foi impulsionada principalmente pelo menor volume na América do Norte, EAME e segmentos da Ásia/Pacífico.

"Estamos muito satisfeitos com o desempenho de nossos negócios em 2022, especialmente com a saúde de nosso portfólio global, encerrando o ano com a menor porcentagem de atrasos de final de ano em mais de 15 anos", disse Dave Walton, presidente da Caterpillar. "A equipe continua comprometida em apoiar nossos clientes e executar nossa estratégia."

INVESTIMENTOS

ExxonMobil aumenta o lucro, mas receita decepciona no 4º trimestre

A receita da empresa norte-americana de petróleo e gás aumentou para US\$ 95,43 bilhões entre outubro e dezembro, ante US\$ 84,97 bilhões no mesmo intervalo do ano anterior, mas ficou abaixo do consenso da FactSet



ExxonMobil: o caixa aumentou US\$ 22,9 bilhões em 2022. As distribuições aos acionistas foram de US\$ 29,8 bilhões, incluindo US\$ 14,9 bilhões em dividendos e US\$ 14,9 bilhões em recompras de ações

A ExxonMobil teve lucro líquido US\$ 12,75 bilhões no quarto trimestre de 2022, equivalente a US\$ 3,09 por ação, segundo balanço divulgado nesta terça-feira. O resultado é 44% maior do que o ganho de US\$ 8,87 bilhões (US\$ 2,08 por ação) que a maior petrolífera dos EUA apurou em igual período de 2021. Com ajustes, a ExxonMobil teve lucro por ação de US\$ 3,40 no trimestre, acima da projeção de analistas consultados pela FactSet, de US\$ 3,29. Já a receita da ExxonMobil aumentou para US\$ 95,43 bilhões entre outubro e dezembro, ante US\$ 84,97 bilhões no mesmo intervalo do ano anterior, mas ficou abaixo do consenso da FactSet, de US\$ 97,35 bilhões. Em todo o

ano de 2022, a ExxonMobil garantiu lucro líquido recorde de US\$ 55,7 bilhões.

“O trabalho árduo e o comprometimento de nosso pessoal nos permitiram entregar resultados operacionais e financeiros líderes do setor e retornos aos acionistas em 2022”, disse Darren Woods, presidente e diretor executivo.

Ele afirmou que, embora os resultados tenham se beneficiado claramente de um mercado favorável, os investimentos anticíclicos, que fizemos antes e durante a pandemia, forneceram a energia e os produtos de que as pessoas precisavam quando as economias começaram a se recuperar e os suprimentos ficaram escassos. “Nós nos inclinamos para dentro quando outros se inclinaram para fora. Nosso

plano para 2023 exige mais progresso em nossos objetivos estratégicos, que incluem liderar o setor em segurança, operação e desempenho financeiro. Continuaremos a investir em nossos projetos vantajosos para gerar crescimento lucrativo, ajudar a atender às crescentes necessidades da sociedade e reduzir as emissões em nossas operações, ao mesmo tempo em que forneceremos soluções inovadoras que ajudam outras pessoas a reduzir as suas”.

Os ganhos do ano de 2022 foram de US\$ 55,7 bilhões, em comparação com US\$ 23,0 bilhões em 2021, um aumento de US\$ 32,7 bilhões. Os itens identificados impactaram desfavoravelmente os lucros em US\$ 3,4 bilhões, principalmente devido às deficiências de Sakha-

lin-1 no primeiro trimestre. O lucro excluindo esses itens identificados foi de US\$ 59,1 bilhões, um aumento de US\$ 36,1 bilhões em relação ao ano anterior.

Outros fatores que impactaram os resultados foram as melhorias de preço e margem impulsionadas pela demanda em recuperação e oferta apertada, o impacto favorável de marcação a mercado de derivativos não liquidados e aumentos de volume em forte processamento de refino e crescimento de ativos favorecidos.

A economia de custos estruturais e o gerenciamento disciplinado de despesas ajudaram a compensar a inflação e os custos operacionais mais altos de projetos de crescimento e acréscimos de capa-

cidade. Além disso, os resultados também se beneficiaram de custos Corporativos e Financeiros mais baixos, bem como itens extraordinários líquidos favoráveis.

As economias de custos estruturais agora totalizam US\$ 7 bilhões em comparação com 2019. A empresa obteve uma economia adicional de US\$ 2 bilhões durante o ano e está a caminho de entregar US\$ 9 bilhões de economia anual total em 2023 vs. 2019.

O caixa aumentou US\$ 22,9 bilhões em 2022, com fluxo de caixa livre de US\$ 62,1 bilhões. As distribuições aos acionistas foram de US\$ 29,8 bilhões, incluindo US\$ 14,9 bilhões em dividendos e US\$ 14,9 bilhões em recompras de ações. A empresa também aumentou e ampliou seu programa de

recompra de ações com até US\$ 35 bilhões em recompras cumulativas de ações em 2023-2024.

A Corporação declarou um dividendo de US\$ 0,91 por ação no primeiro trimestre, pagável em 10 de março de 2023, aos acionistas registrados com Ações Ordinárias no fechamento dos negócios em 14 de fevereiro de 2023.

A relação dívida líquida sobre capital melhorou para cerca de 5%, refletindo baixas de dívida de US\$ 7,2 bilhões em 2022 e um saldo de caixa no final do período de US\$ 29,7 bilhões, fortalecendo ainda mais o balanço e proporcionando maior flexibilidade financeira.

As vendas e desinvestimentos de ativos não essenciais geraram US\$ 5,2 bilhões em caixa durante o ano.

SOLUÇÕES ENERGÉTICAS

Grupo Energisa pretende investir até R\$ 6 bilhões

O Grupo Energisa anunciou investimentos na ordem de R\$ 6 bilhões em 2023, reforçando a estratégia de crescimento e diversificação do portfólio da empresa. O valor é quase 10% superior ao planejado para 2022, além de ser o maior volume da história do Grupo para um ciclo anual.

“Estamos criando um ecossistema completo de soluções energéticas. Fornecemos serviços essenciais para mais de 20 milhões de pessoas em 862 municípios de todas as regiões do Brasil, mantendo no centro da nossa proposta de valor os serviços regulados de distribuição e transmissão, que asseguram confiabilidade, universalização e acesso à energia elétrica para todos. Ao mesmo tempo, nosso crescimento também prevê a diversificação do portfólio, contemplando a geração distribuída, geração e comercialização de

energia para o mercado livre e serviços de valor agregado ofertados através da (re)energisa”, declara Ricardo Botelho, CEO do Grupo Energisa.

A Distribuição, base de negócio do Grupo, irá destinar seus investimentos na expansão de redes e ligação de novas unidades consumidoras, melhoria da qualidade e da prestação de serviço para os clientes, adequação às exigências regulatórias, bem como ampliar o acesso à energia a regiões mais remotas do Brasil, através dos programas ‘Mais Luz para Amazônia’ e ‘Luz para Todos’. Entre as distribuidoras, o destaque fica por conta da Energisa Mato Grosso, que irá receber mais de R\$ 900 milhões, impulsionado, principalmente, pelas demandas do agronegócio no Estado.

A (re)energisa responderá por R\$ 1,1 bilhão de investi-

mentos destinados à produção de energia renovável, serviços de valor agregado e demais soluções energéticas, tais como tecnologias de armazenamento em baterias, para comercialização para clientes físicos e jurídica em diversas regiões do país. “O Grupo Energisa está pronto para atender as mais diversas necessidades dos nossos clientes por serviços energéticos e comercialização de energia elétrica capitalizando em nossa experiência centenária no setor”, complementa Botelho.

Com 117 anos de história, a Energisa é o maior grupo privado com capital nacional do setor elétrico brasileiro. O portfólio abrange 10 distribuidoras, 12 concessões de transmissão, geração de grande porte renovável, uma marca inovadora de soluções energéticas.

SALÁRIO RECUA

Brasil abriu 2 milhões de vagas formais em 2022

O Brasil criou 2.037.982 vagas com carteira assinada em 2022, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados na terça-feira, 31, pelo Ministério do Trabalho. O resultado decorreu de 22.648.395 de admissões e de 20.610.413 de demissões. Em 2021 foram criadas 2.776.733 vagas, na série com ajustes.

O resultado ficou menor do que a mediana positiva de 2,100 milhões de postos de trabalho, conforme a mediana das estimativas na pesquisa, cujo intervalo ia de abertura líquida de 1.975.434 a 2.200.000 de vagas.

Após a criação de 130.545 vagas em novembro (dado agora revisado), o mercado de trabalho formal registrou um saldo negativo de 431.011 vagas com carteiras assinadas em dezembro. O resul-

tado decorreu de 1.382.923 admissões e de 1.813.934 demissões.

O dado mensal do Caged ficou mais negativo do que a mediana das expectativas que apontava para fechamento de 340 mil. As projeções eram de encerramento de 464.173 mil postos formais a 282 mil.

A abertura líquida de 2.037.982 vagas de trabalho com carteira assinada em 2022 no Caged foi puxada pelo desempenho do setor de serviços, com a criação de 1.176.502 postos formais, seguido pelo comércio, que abriu 350.110 vagas.

Na indústria em geral, houve a criação de 251.868 vagas de janeiro a dezembro do ano passado, enquanto houve um saldo positivo de 194.444 postos de trabalho na construção civil. Na agropecuária, foram abertas 65.062 vagas em 2022.

No ano passado, em todas as 27 Unidades da Federação foram registrados resultados positivos no Caged. O melhor desempenho foi novamente registrado em São Paulo, com a abertura de 560.986 postos de trabalho.

O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada chegou a R\$ 1.944,17 em 2022. Comparado ao ano anterior, houve redução real de R\$ 90,99.

Já o fechamento de 431.011 vagas em dezembro também foi puxado pelo setor de serviços, que acumulou um saldo negativo de 188.064 postos de trabalho no mês, seguido da indústria geral, que fechou 114.246 vagas.

Na construção, houve o fechamento de 74.505 postos; a agricultura registrou o saldo negativo de 36.921 vagas e o comércio fechou 17.275 postos.

APOSENTADORIA

França tem nova greve geral contra proposta de reforma da Previdência

O plano prevê além do aumento da idade mínima de aposentadoria, o aumento do tempo mínimo de contribuição para aposentadoria integral para 43 anos

A França voltou a registrar grandes protestos na terça-feira, 31, quando frentes sindicais de diversas categorias convocaram uma nova greve geral contra a reforma da Previdência apresentada pelo governo de Emmanuel Macron, que pretende aumentar a idade mínima de aposentadoria dos 62 para os 64 anos. Os protestos de rua são o segundo ato convocado pelos sindicatos, que há duas semanas reuniram mais de 1 milhão de pessoas nas ruas das principais cidades do país.

Os serviços de inteligência da França esperam que cerca de 1,2 milhão de manifestantes saiam às ruas na terça, um número similar ao da primeira jornada de manifestações da semana passada. Confirmaram adesão à paralisação trabalhadores dos transportes, do setor de energia, professores do ensino básico e até mesmo policiais e outros agentes da segurança pública.

O funcionamento de ônibus, trens e bondes em cidades como Paris e Nice foram total ou parcialmente interrompidos, e o serviço de trens de alta velocidade foram afetados "de forma significativa", de acordo com operadoras ferroviárias. A Air France estimou que um em cada 10 voos de curta e média distância seria cancelado.

Metade dos professores do ensino público, da pré-escola ao ensino médio, não deve trabalhar, de acordo com os sindicatos que convocaram os protestos. Segundo o ministro do Interior, Gérald Darmanin, onze mil policiais e gendarmes fiscalizarão os atos de terça-feira - 4 mil deles apenas em Paris.

"A primeira-ministra Élisabeth Borne não pode continuar ignorando esta formidável mobilização que se criou: 'ouça o descontentamento que está sendo expresso em todos os lugares'", pediu Laurent Berger,



Emmanuel Macron: a reforma da Previdência apresentada pelo governo pretende aumentar a idade mínima de aposentadoria dos 62 para os 64 anos

líder da Confederação Francesa Democrática do Trabalho, uma das principais entidades sindicais da França, na segunda-feira, 30.

Borne assegurou no domingo (29) que o adiamento progressivo até 2030 da idade de aposentadoria de 62 para 64 anos "não era mais negociável", enfurecendo a oposição de esquerda, que pediu uma "moção popular de censura" nas ruas, onde foram convocadas 240 manifestações.

O novo dia de protesto pode aumentar a tensão na Assembleia Nacional, a Câmara Baixa do Parlamento francês, que iniciou na véspera a revisão da reforma e tem menos de uma semana para debater 7 mil emendas apresen-

tadas ao projeto original, que deve ser levado ao plenário na segunda-feira.

O plano atual, apresentado pela primeira-ministra Élisabeth Borne no último dia 10, prevê além do aumento da idade mínima de aposentadoria, o aumento do tempo mínimo de contribuição para aposentadoria integral (de 42 para 43 anos). Há dispositivos diferenciados para quem começou a trabalhar antes dos 20 anos e para aqueles que interromperam suas carreiras por motivo de saúde ou pessoais - como no caso de mulheres que ficaram períodos sem trabalhar para cuidar dos filhos.

Com a já anunciada rejeição da frente de esquerda e da extrema direita, o governo

espera o apoio do partido de direita Os Republicanos (LR), favorável a uma reforma, mas dividido sobre a proposta atual, afirmou o deputado Stéphane Viry um dia antes.

Sabendo que seus votos são fundamentais, os legisladores da LR aumentam suas exigências sobre a reforma em vários dos pontos mais impopulares: melhor consideração para mulheres sem carreira de trabalho contínua, para aquelas que começaram a trabalhar jovens, entre outros.

No entanto, o adiamento da aposentadoria para 64 anos e a antecipação para 2027 da exigência de contribuir por 43 anos - e não 42 como atualmente - para receber uma pensão completa provoca a opo-

sição da opinião pública, que avança, apesar do esforço do governo para convencê-la do contrário.

Em Haia (Holanda), Emmanuel Macron, de 45 anos, voltou a defender na segunda-feira uma reforma "indispensável", especialmente quando a idade de aposentadoria na França é uma das menores da Europa, para "salvar" um sistema que, segundo o governo, enfrentaria um déficit no futuro.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) expressou seu apoio ao presidente francês na segunda-feira, manifestando-se a favor de uma reforma que, juntamente com a aprovada sobre o seguro-desemprego, permitiria à França reduzir a sua dívida pública, que supera 110% do PIB.

CRISE DE ENERGIA

PIB da zona do euro se expande 0,1% no 4º trimestre

O Produto Interno Bruto (PIB) da zona do euro cresceu 0,1% no quarto trimestre de 2022 ante o terceiro trimestre, segundo dados preliminares divulgados na terça-feira, 31, pela Eurostat, como é conhecida a agência de estatísticas da União Europeia (UE), apesar dos efeitos da crise de energia deflagrada pela guerra da Rússia na Ucrânia.

O resultado superou a expectativa de analistas consultados pelo The Wall Street Journal, que previam contração de 0,1% da economia do bloco no último trimestre do ano passado, mas também marcou desaceleração ante o ganho de 0,3% verificado no terceiro trimestre ante o segundo.

Na comparação anual, o PIB da zona do euro se expandiu 1,9% entre outubro e dezembro. Neste caso, o consenso no levantamento do WSJ era de acréscimo de 1,7%. Em todo o ano de 2022, a economia do bloco teve crescimento de 3,5% em relação ao ano anterior, informou a Eurostat.

A economia da zona do euro cresceu mais rápido que a China e os Estados Unidos no ano passado, em uma mostra de quanto a pandemia continua a afetar os padrões tradicionais de crescimento pelo mundo. Dados publicados na terça-feira (31) pela agência europeia de estatísticas, Eurostat, mostraram que a zona do euro cresceu à taxa anualizada de 0,5% no quarto trimestre, com custos mais altos de energia pesando sobre os gastos dos consumidores.

O dado se traduziu em crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da zona do euro de 3,5% em todo o ano de 2022, superior ao visto na China e nos EUA. Isso não é habitual. Há décadas, a economia global tem visto a China crescer com mais força, seguida pelos EUA e pela zona do euro. O padrão foi rompido no ano passado, ante a abertura irregular das maiores economias diante dos efeitos da covid-19.

Dados publicados na quinta-feira passada mostram que a economia dos EUA cresceu 2,1% em 2022, forte desaceleração após a alta de 5,9% do ano anterior. Neste mês, a China informou que cresceu 3%, bem abaixo dos 8% de 2021. A última vez que as economias nacionais combinadas que formam a zona do euro cresceram a um ritmo mais forte do que a China e os EUA havia sido em 1974.

A China, de qualquer modo, agora abandona sua política mais rígida contra a covid-19 e deve retomar a condição de maior crescimento entre as três grandes áreas econômicas. E a guerra na Ucrânia pesa mais na economia europeia que nas demais. A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, disse em Davos neste mês que "2022 foi um ano estranho". Segundo ela, "esses não são números normais, este não é o ranking normal que você vê".

O PIB da Itália encolheu 0,1% no quarto trimestre de 2022 ante o terceiro trimestre. O resultado superou a expectativa de analistas consultados pelo The Wall Street Journal, que previam queda de 0,2% da economia italiana no último trimestre do ano passado, mas veio após expansão de 0,5% no terceiro trimestre ante o segundo e também marcou a primeira contração desde o último trimestre de 2020. Na comparação anual, o PIB italiano se expandiu 1,7% entre outubro e dezembro. Neste caso, o consenso no levantamento do WSJ era de alta de 1,6%. Em todo o ano de 2022, a Itália cresceu 3,9%, informou o Istat.

MESQUITA

Sobe para 93 o número de mortos em ataque com homem-bomba no Paquistão

Aumentou para 93 o número de mortos no atentado suicida que ocorreu na segunda-feira, 30, em uma mesquita na cidade de Peshawar, no noroeste do Paquistão. Há ainda mais de 150 feridos, dos quais 50 seguem internados no Hospital Lady Reading, conforme atualização divulgada pelo porta-voz da unidade, Asim Khan, na terça-feira, 31. A maioria das vítimas eram policiais.

O ataque ocorreu durante as orações da tarde na cidade, em uma mesquita no quartel-general da polícia, um centro residencial e de treinamento para policiais. Mais de 300 pessoas estavam no complexo quando um homem-bomba detonou os explosivos, provocando o desabamento do telhado da mesquita. Esse foi considerado um dos piores atentados terroristas contra as forças de segurança do Paquistão.

Após mais de 20 horas de operações de resgate, as forças continuaram removendo os escombros do local, onde pode

haver ainda mais corpos. "Não podemos usar máquinas pesadas porque temos que levar em conta a santidade de qualquer mártir ou ferido que possa estar sob os escombros", disse o porta-voz dos serviços de resgate de Peshawar, Bilal Faizi.

As forças de segurança realizaram serviços funerários na segunda-feira para 27 dos policiais mortos no ataque, dispensados com honras pela polícia de Peshawar, em caixões cobertos com a bandeira paquistanesa e coroas de flores.

Sobre os mandantes do ataque, embora uma mensagem em uma conta do Twitter associada ao comandante taleban paquistanês Mohmand reivindicou a responsabilidade, as autoridades não confirmaram a veracidade da conta. Além disso, o Tehreek-e-Taliban Pakistan (TTP), principal grupo taleban paquistanês, negou seu envolvimento no ataque a um espaço sagrado, ação que seria contra as regras do grupo terrorista.

"Em relação ao incidente de

Peshawar, consideramos necessário esclarecer que Tehreek-e-Taliban Paquistão não tem nada a ver com ele", disse o porta-voz do grupo fundamentalista, Muhammed Khurasaniri, em um comunicado. Ainda segundo o porta-voz, qualquer ação em mesquitas, madrassas ou escolas corânicas, funerais e outros locais sagrados é uma ofensa punível.

O primeiro-ministro do Paquistão, Shehbaz Sharif, e o chefe do Estado-Maior do Exército, general Asim Munir, visitaram Peshawar após o ataque para acolher os feridos e revisar no local a situação de segurança na região, que registrou um aumento nos ataques no ano passado.

"A magnitude da tragédia humana é inimaginável. Este é um ataque ao Paquistão. A nação está sobrecarregada com o profundo sentimento de luto", disse o primeiro-ministro no Twitter após a visita. "Não tenho dúvidas de que o terrorismo é nosso principal desafio

de segurança nacional", acrescentou.

Em março de 2022, um ataque suicida em Peshawar foi reivindicado pelo Estado Islâmico do Khorasan, ou Isis-K, na sigla em inglês, deixando 64 mortos, o mais letal em solo paquistanês desde 2018. O grupo não assumiu a autoria do incidente mais recente.

O Isis-K surgiu em 2014, durante os 20 anos de invasão dos Estados Unidos e de seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que começou nas semanas seguintes aos ataques de 11 de Setembro de 2001 nos EUA.

Washington acusava o Taleban, à época à frente de Cabul, de abrigar Osama bin Laden, o chefe da Al-Qaeda e cérebro por trás dos maiores atentados terroristas da História americana. Ele, contudo, só seria morto dez anos depois, em maio de 2011, em Abbottabad, no Paquistão, a cerca de 200 km de Peshawar.

A invasão chegou ao fim com uma retirada caótica em

agosto de 2021 que coincidiu com o retorno do Taleban ao poder após uma ofensiva relâmpago, piorando a drástica situação humanitária e econômica deixada pelas duas décadas de ocupação. O Isis-K, contudo, também é inimigo dos taleban, e faz com frequência ataques terroristas em território afegão.

O Paquistão também enfrenta uma deterioração da situação de segurança desde a mudança no país vizinho. Após vários anos de calma relativa, o país voltou a ver ataques frequentes do ramo paquistanês dos taleban, o Tehreek-e-Taleban Paquistão, do Isis-K e de grupos separatistas do Baluchistão, região no Planalto Iraniano que compreende partes do Irã, do Afeganistão e do Paquistão.

A relação do Paquistão com Cabul é marcada por demandas para que o Taleban e grupos adjacentes parem de usar seu território para planejar ataques. As autoridades taleban, contudo, negam que isso ocorra.

MEIO AMBIENTE

Lula garante que é possível criar uma economia verde sem poluir o País

O presidente afirmou que o Brasil terá uma economia baseada efetivamente na construção de alternativas energéticas limpas e poderá cobrar dos países ricos o crédito de carbono

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) relatou na terça-feira, 31, mais trechos de sua conversa com o chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, com quem se reuniu na véspera no Palácio do Planalto. "Eu disse textualmente à Alemanha que nunca iremos transformar Amazônia em santuário da humanidade", contou o petista, que reiterou sua disposição em fomentar a pesquisa na floresta "por quem entende". Lula participou, no Palácio do Planalto, de solenidade para marcar a criação do Conselho de Participação Social.

Lula reafirmou que é possível criar uma economia verde no País, sem poluição na Amazônia e com olhos para a questão climática, que estaria "na nossa cara todo dia". "Que possamos cobrar dos países ricos o tal do crédito de carbono", afirmou o presidente. "Vamos ter economia baseada efetivamente na construção de alternativas energéticas limpas", acrescentou.

O combate à violência contra a mulher foi outro ponto do discurso de Lula, que pediu penas severas para homens agressores e sinalizou a disposição de que, até o final do seu mandato, os índices de feminicídio e agressão caiam ao menor índice da história.

Ao longo do pronunciamento no Palácio do Planalto, Lula destacou que o governo está no início, e com alguns ministérios ainda incompletos. É o caso do Ministério dos Povos Indígenas, comandado por Sônia Guajajara. "Quase todos os ministérios estão com problemas para cumprir a meta que se propuseram a cumprir", afirmou o petista, em nova reclamação sobre as restrições orçamentárias.

Lula reiterou ainda que já assinou o decreto para tirar definitivamente os garimpeiros das terras ianomâms e repetiu que voltou à Presidência "sem qualquer espírito de vingança".

Ainda sob a desconfiança do mercado em relação à responsabilidade fiscal do novo governo, Lula afirmou ser uma pessoa que defende muito a estabilidade econômica. "Eu sou uma pessoa que defende muito a estabilidade econômica. Eu quero seriedade econômica. Eu quero seriedade política, mas eu quero seriedade social. Porque é verdade que temos muitas dívidas para pagar, mas a dívida impagável há cinco séculos é a dívida social com o povo brasileiro", declarou o petista no Palácio do Planalto. Lula voltou a prometer acabar com a fome do País e fazer o reajuste real do salário mínimo - ou seja, acima da inflação - embora tenha reconhecido que neste ano "será difícil".

Ainda sob a desconfiança do mercado em relação à responsabilidade fiscal do novo governo, o presidente afirmou ser uma pessoa que defende muito a estabilidade econômica.

"Eu sou uma pessoa que defende muito a estabilidade econômica. Eu quero seriedade econômica. Eu quero seriedade política, mas eu quero seriedade social. Porque é verdade que temos muitas dívidas para pagar, mas a dívida impagável há cinco séculos é a dívida social com o povo brasileiro", declarou o presidente da República no Palácio do Planalto.

Lula voltou a prometer acabar com a fome do País e fazer o reajuste real do salário mínimo - ou seja, acima da inflação - embora tenha reconhecido que neste ano "será difícil".

O presidente afirmou também que a Rússia está errada em invadir a Ucrânia. Ainda



Lula reafirmou que é possível criar uma economia verde no País, sem poluição na Amazônia e com olhos para a questão climática, que estaria "na nossa cara"

POLÍTICAS PÚBLICAS

Presidente cria conselho para poder negociar com os movimentos sociais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou na terça-feira, 31, o decreto que cria o Conselho de Participação Social. O órgão vai reunir representantes da sociedade civil e de movimentos sociais, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em um grupo para discutir políticas públicas e negociar demandas diretamente com a Presidência. No discurso de assinatura da medida, o petista disse que é necessário "acabar com o fascismo impregnado" em parte da população.

O Conselho será presidido por Lula, mas a coordenação dos trabalhos ficará a cargo do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo (PT). O grupo contará com 68 representantes de movimentos e entidades da sociedade civil, que deve se reunir a cada três meses. Segundo Lula, a criação do colegiado é "uma obra e uma ideia" da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja.

Durante a cerimônia de assinatura, Lula mostrou à plateia os tapumes e a falta de persianas no Palácio do Planalto por causa da invasão de golpista no último dia 8 de janeiro. Segundo o presidente, as marcas no prédio são a prova de que houve uma vitória eleitoral, mas o governo ainda precisa enfrentar o fascismo.

"Ganhamos uma eleição, mas a causa que nos fez chegar aqui ainda está engatinhando para que a gente possa conquistá-la", disse Lula. "Nós derrotamos um presidente, mas ainda não derrotamos o fascismo que foi impregnado na cabeça de milhões de brasileiros", prosseguiu.

A criação do colegiado foi uma pro-

messagem de Lula aos movimentos sociais durante a transição de governo. Em dezembro do ano passado, o petista recebeu lideranças do MST, do Movimento Negro Unificado (MNU), das centrais sindicais e de organizações estudantis. Na ocasião, os participantes pediram a Lula que o grupo organize a retomada do orçamento participativo junto ao governo.

Lula pediu que os movimentos populares tenham paciência com o governo, pois, segundo ele, a montagem dos ministérios só foi concluída no último dia 24 por causa das crises recentes que desestabilizaram o País. O presidente, porém, garantiu que as entidades serão tratadas com "igualdade" e terão suas demandas ouvidas pela Presidência e pelos ministros.

"Estamos num processo de reconstrução desse País. Quem já tentou reconstruir o seu barraco, uma reforma, sabe que é mais difícil do que construir uma coisa nova", afirmou. "Vocês vão ajudar a gente a reconstruir ou a construir uma coisa nova, com participação efetiva", prosseguiu. "A gente não pode mais permitir retrocesso nesse país. Eu pensei que tivéssemos acabado com a fome e a fome voltou mais uma vez", disse.

O ministro Macêdo disse na terça que já iniciou o diálogo com a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), para criar o Plano Plurianual (PPA) participativo, que deve guiar o orçamento com participação popular. O ministro ainda aproveitou o discurso para atacar o que chamou de política de desmonte dos conselhos sociais durante o governo Bolsonaro.

Antes de assinar o decreto, Lula ainda

afirmou que os conselheiros contribuirão para aprovar política voltadas às mulheres. Segundo ele, o objetivo do governo na área é garantir que as taxas de feminicídio sejam as menores da história durante o seu governo. "A luta contra o feminicídio é uma luta sem trégua", disse.

"O feminicídio é um problema cultural, de educação. O homem tem que aprender que a mulher não foi feita para apanhar. A mulher foi feita para ser parceira, fazer política. Mulher foi feita para ser igual, inclusive no mercado de trabalho".

Na terça, a coordenadora nacional do MNU, Simone Nascimento, discursou na cerimônia de assinatura do decreto e colocou a revogação do teto de gastos públicos como "condição primária" para a retomada do orçamento participativo no Plano Plurianual, que deve ser uma das principais atribuições do Conselho. A militante ainda indicou que o grupo deve pressionar Lula para que não sejam tomadas medidas de anistia aos membros do governo Jair Bolsonaro (PL). A palavra de ordem "sem anistia" se tornou a principal bandeira de setores de esquerda no atual governo.

"O Brasil precisa continuar seguindo esses rumos da democracia, como vimos na revogação (por Lula) do decreto que impunha limites à participação de movimentos sociais em conselhos", afirmou Simone. "Sem participação popular, não poderemos reconstruir a democracia no Brasil". Esperamos que o conselho seja um espaço de diálogo efetivo e constante com o senhor (Lula) e o ministro (Márcio Macêdo)", completou.

assim, sugeriu que Kiev poderia ter agido mais para evitar o conflito. "Continuo achando que quando um não quer, dois não brigam", declarou o presidente ao lado do chanceler alemão, Olaf Scholz, com quem se reuniu no Palácio do Planalto. O presidente também disse não ter interesse em enviar munição à Ucrânia para uso na guerra. O petista justificou a decisão afirmando que o Brasil "é um país de paz".

Lula afirmou ter mais clareza atualmente para dizer cabalmente que a Rússia cometeu "um erro", mas ponderou ter ouvido pouco sobre como chegar à paz. "A razão dessa guerra entre Rússia e Ucrânia precisa ficar mais clara", declarou o presidente. Em uma postura nacio-

nalista, a Rússia invadiu a Ucrânia para evitar a adesão do país vizinho à Otan e frear a aproximação com o Ocidente.

O petista se disse disposto a, se preciso for, conversar com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, e com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski. Logo após a declaração de Lula, Scholz afirmou que a Alemanha tem uma posição clara, que é contrária à invasão da Ucrânia.

No Palácio do Planalto, Lula reforçou que o Brasil deseja fazer parte do Conselho de Segurança da ONU, que não mais representaria a realidade geopolítica mundial e é incapaz de evitar guerras. Isso seria possível, disse o presidente, a partir do G-4, formado por Brasil, Alema-

nha, Índia e Japão. "Queremos que o Conselho de Segurança da ONU tenha força e mais representatividade", disse o petista.

Apesar da posição expressa na segunda-feira, a opinião de Lula a respeito do conflito causou polêmica quando a guerra despontou, no ano passado. Em entrevista à revista americana Time em maio de 2022, o então pré-candidato à Presidência afirmou que Zelenski "é tão responsável quanto o Putin" pela invasão russa. "Qual é a razão da invasão da Ucrânia? É a Otan? Os Estados Unidos e a Europa poderiam ter dito: 'A Ucrânia não vai entrar na Otan'. Estaria resolvido o problema", afirmou o petista, na época. A declaração gerou controvérsia e foi

criticada. Em outra ocasião, o petista afirmou que, se fosse no Brasil, a questão teria sido resolvida "tomando cerveja", o que também repercutiu negativamente.

O presidente fez um apelo também à população brasileira: a cobrança sobre o governo por uma definição em torno da residência presidencial. "Vocês precisam me ajudar a reivindicar o direito de ter onde morar. Já faz mais de 45 dias que estou no hotel, não é uma brincadeira", afirmou. "Eu preciso ter onde morar, se não vou abandonar minha causa daqui para frente", acrescentou.

Lula e a primeira-dama Rosângela da Silva estão hospedados em um hotel em Brasília desde a transição.

Lula solicita ao Congresso retirada de 18 indicações

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva solicitou ao Congresso Nacional a retirada de 18 indicações feitas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro a cargos para agências reguladoras, embaixadas, Defensoria Pública da União e Organização Mundial do Comércio. As mensagens estão publicadas no Diário Oficial da União de terça-feira, dia 31. Lula já tinha afirmado, em 12 de janeiro, durante café com jornalistas no Palácio do Planalto, que "não pode ficar ninguém que seja suspeito de ser bolsoneiro raiz" dentro do governo.

A poucas semanas de encerrar sua gestão, o ex-presidente Jair Bolsonaro acelerou uma série de indicações de aliados a cargos de diversas áreas, em especial para embaixadas e diretorias de agências reguladoras. O mesmo valeu para o titular da Defensoria Pública da União, Daniel de Macedo Pereira, que tentou se manter no posto alegando ser vítima de campanha para associá-lo ao bolsoneirismo.

Os nomes indicados pelo governo Lula para a retirada das indicações de Bolsonaro foram: Daniel de Macedo - indicado para ser reconduzido ao cargo de defensor público-geral da União; Hélio Ferraz de Oliveira - indicado para a diretoria da Agência Nacional do Cinema (Ancine); André Elias Marques - indicado para exercer o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Mineração - ANM; André Ruelli - indicado para o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Ronaldo Jorge da Silva Lima - indicado para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM);

José Mauro Esteves dos Santos - indicado para o cargo de Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN); Jefferson Borges Araujo - indicado para o cargo de Diretor da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN); Luciana Lauria Lopes - indicada para o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq);

Edgar Ribeiro Dias - indicado para o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); João Paulo Dias de Araújo - indicado para o cargo de Ouvidor da ANS;

André Chermont de Lima - indicado para o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos; Miguel Griesbach de Pereira Franco - indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia;

Paulino Franco de Carvalho Neto - indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa

Sarquis José Buainain Sarquis - indicado para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas;

Reinaldo José de Almeida Salgado - indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos; Paulo Roberto Caminha de Castilhos França

Hélio Vitor Ramos Filho - indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina; Fernando Simas Magalhães - indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana.

PRESIDÊNCIA

Pacheco promete discutir cargo de senador vitalício

O senador disse que a ideia é honesta e possível, mas não pode ser casuista, com o fim de se estabelecer proteção a um presidente

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), declarou que o cargo de senador vitalício a ex-presidentes da República pode ser discutido junto com o fim da reeleição. De acordo com ele, contudo, tal cargo vitalício não pode ser exercido com o intuito de proteger ninguém.

"Não pode ser uma mudança constitucional que vise solucionar problemas ou questões pessoais do presidente A ou B. A ideia pode ser concebida, discutida, acho até que elevaria a qualidade da discussão do Senado Federal", declarou Pacheco, em entrevista à Globo News na tarde de terça-feira (31).



Pacheco: "meu papel é buscar convencimento de senadores de que é preciso continuidade. Vou esgotar as possibilidades" de

Na avaliação do senador, é uma ideia honesta e possível, mas "não pode ser casuista". "Ela não pode ser só com o fim de se estabelecer proteção a um presidente A ou presidente B", afirmou. Segundo Pacheco, a discussão ainda vai levar um "bom tempo" e tem que ser amadurecida.

"Eventualmente esse instituto da possibilidade de um senador vitalício e do próprio fim da reeleição ser projetada para o futuro", disse. "Mas são questões de aperfeiçoamento do ordenamento político e tudo o que vier para o aperfeiçoamento do legislativo para melhorar a qualidade do legislativo obviamente que vamos estar abertos a ouvir sem obviamente fechar questão porque é uma reflexão e decisão que gera muitos reflexos e consequências."

Pacheco também afirmou na mesma entrevista que manterá um "espírito de colaboração" com o governo, destacando que a Casa "não pode ser palco

de revanchismo e retaliação a outros Poderes". "Torçamos para que o governo dê certo".

"Meu papel é buscar convencimento dos senadores de que é preciso continuidade. Vou buscar esgotar todas as possibilidades de negociação".

Apesar disso, o senador prometeu não privilegiar ninguém se conseguir se reeleger. "Oposição e situação podem ter absoluta segurança que terão toda atenção minha". Ele comparou com sua atuação durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, durante a qual disse que a Casa afirmou "independência".

A eleição à Presidência do Senado acontece na quarta, 1º de fevereiro. Pacheco disse na entrevista que tem "boa projeção" para sua reeleição e afirmou ter recolhido apoio da "maioria dos senadores, dos partidos nos últimos dois anos". O senador diz ter "compromisso" com o Parlamento. "Nunca abri mão de defender o Poder Legislativo".

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que irá participar de um almoço para checar os votos de parlamentares à presidência do Senado. "Nosso governo está apoiando a reeleição de Pacheco", disse Tebet, ao deixar a reunião com o Conselho da Febraban, em São Paulo, ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e da ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck. Tebet declarou que Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado e candidato a reeleição, é visto como uma figura capaz de garantir a harmonia necessária entre os Poderes, sem a qual, pontuou a ministra, não é possível falar em baixar a taxa de juros e a inflação, por exemplo. "A democracia é o grande guarda-chuva", finalizou Simone Tebet.

O presidente do Senado garantiu ainda que pedirá prioridade à discussão da reforma tributária. Na sua avaliação, o

Congresso está pronto para discutir reformas e pautas progressistas. Em sua visão, a unificação tributária não necessariamente será ponto de controvérsia entre oposição e situação.

Ao citar as reformas necessárias, o senador apontou a reforma tributária e a regra fiscal como prioridades no Congresso. "Reforma do código eleitoral, reforma tributária, mudança do marco fiscal e lei das fake news, que precisa ser aprovada no Brasil porque ninguém aguenta mais essa milícia digital que atenta contra a dignidade das pessoas", declarou.

Em sua análise, "qualquer manifestação que vise pregar golpe de Estado é ilícita".

Sobre a reforma tributária, Pacheco avalia que a unificação tributária não necessariamente será ponto de controvérsia entre oposição e situação. "Vou pedir aos senadores, temos que nos engajar na reforma tributária", garantiu.

POSICIONAMENTO FIRME

Lira diz que ato radical de governo nunca contará com apoio da Câmara

O presidente da Câmara e candidato à reeleição, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na terça-feira (31), em entrevista à Globo News, que qualquer ato radical, seja de governo de direita ou de esquerda, não contará com posição favorável da Casa.

"Na questão dos atos anti-democráticos, de vandalismo, de terrorismo, a Câmara se posicionou firme", disse Lira, em relação aos atos registrados em Brasília no dia 8 de janeiro. Ele afirmou que foram constatadas pela polícia legislativa mais 41 pessoas que participaram dos movimentos golpistas e todas serão entregues amanhã à Procuradoria Geral da República (PGR).

Ele destacou que nunca ninguém lhe ouviu falar de qualquer candidato que ele se oponha ou defenda. Disse ainda que, à frente da Casa, vai continuar apoiando as mesmas pautas de governo que foram trabalhadas durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). "Se tivermos que ampliar campo social, vamos ampliar sempre com responsabilidade", ponderou, em sinalização à preocupação com a saúde das contas públicas e o crescimento econômico do País.

Arthur Lira também afirmou que as posturas radicais praticadas por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) apareceram "praticamente" depois do resultado eleitoral.

Ao distanciar-se do bolsonarismo radical e de algumas bandeiras do ex-chefe do Executivo, Lira reforçou que sempre defendeu as urnas eletrônicas e pôs fim ao tema do voto impresso depois que foi rejeitado na Casa. Ele destacou ainda que atos antidemocráticos nunca tiveram seu apoio. "Os meus limites sempre foram claros. Qualquer governo tem multifacetado", disse, ao completar que apoiou a "face libe-

ral" do ex-presidente.

Lira disse ainda que, nos últimos dois anos, não foram votadas pautas de costumes, que são as principais bandeiras do bolsonarismo. "Demos oportunidades de essas pautas virem a discussão porque todo parlamentar representa uma camada da população", esclareceu, reforçando que temas polêmicos não tiveram convergência na Casa.

Ele destacou que, ao longo do seu mandato na Casa, sempre defendeu os movimentos da maioria. Para a próxima legislatura, o líder disse estar em conversa harmônica com deputados para dar demonstração de pacificação interna.

O presidente da Câmara afirmou que o presidente Lula inicia o seu governo com metade do orçamento público impositivo e, consequentemente, com perda de metade da sua mobilidade para formar base no Congresso Nacional.

"Este governo já inicia com metade do orçamento municipalista impositivo, de emendas individuais. Portanto, o governo que se inicia perdeu metade da sua mobilidade de conseguir arrumar sua base no Congresso nacional, o que vai demandar muito mais trabalho", disse Lira ao defender as emendas de relator, conhecidas como orçamento secreto. Ele lembrou que esse mecanismo não era impositivo, o que, na teoria, poderia dar maior mobilidade ao Executivo sobre as contas públicas. Na prática, no entanto, era uma troca de favores entre governo e Congresso.

O líder destacou que, neste caminho adotado pelo governo eleito, Lula terá que formar base por meio, por exemplo, da distribuição de ministérios e cargos de segundo escalão. "Não é o modelo que defendo, mas foi o modelo adotado pelo governo atual, e a gente vai ter que se ajustar", afirmou.

SENADO

Bolsonaro manda recado dos EUA a aliados e diz que projeto dele é 'imorrível'

De volta ao Brasil, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro entrou na campanha de Rogério Marinho (PL-RN) à presidência do Senado e participou de um jantar do PL para pedir apoio a ele na noite de segunda-feira, 30. A eleição está marcada para o próximo dia 1º, e Marinho vai desafiar Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que preside a Casa e concorre a novo mandato com aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do PT.

Pacheco aparece como favorito, mas o Centrão intensificou os contatos, na tentativa de virar votos. Durante o jantar, Michelle estabeleceu contato por chamada telefônica de vídeo com o ex-presidente, que mandou recado a seus aliados. Bolsonaro disse que seu projeto político conservador é "imorrível". Ele também saudou a candidatura de Marinho.

O jantar do PL reuniu a cúpula da campanha derrotada em 2022. Bolsonaro está em Orlando, na Flórida, desde o dia 30 de dezembro e recentemente pediu visto de turista para permanecer mais tempo nos Estados Unidos. Indagada sobre o retorno do marido ao País, Michelle desconversou sobre a data.

"Ele está descansando", disse a ex-primeira-dama ao chegar ao jantar. Ela não quis falar em uma data específica para o regresso de Jair Bolsonaro, ante a insistên-

cia de repórteres. A ex-primeira-dama estava ao lado do general da reserva do Exército Walter Souza Braga Netto, ex-ministro e candidato a vice-presidente derrotado no ano passado com Bolsonaro. Eles dividiram a mesa no restaurante.

Também questionado sobre a ausência do pai, que se evadiu do País dois dias antes da posse de Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Flávio Bolsonaro (RJ) disse que a pergunta teria se ser feita diretamente ao ex-presidente. Com prerrogativa diplomática de chefe de Estado prestes a expirar, Bolsonaro deu entrada em um visto de turista junto à imigração dos Estados Unidos.

O jantar do PL foi um ato de boas-vindas de Valdemar Costa Neto, presidente da legenda, aos parlamentares federais eleitos e reeleitos. O carro-chefe do restaurante à beira do Lago Paranoá era bacalhau. O local costuma ser escolhido por Costa Neto para reuniões.

A cúpula do PL aposta no nome de Michelle para concorrer ao Palácio do Planalto em 2026, caso Bolsonaro fique inelegível. O assunto divide opiniões no partido. Há quem diga que se trata apenas de um "balão de ensaio" lançado por Costa Neto. O próprio Bolsonaro já disse a interlocutores do PL que o assunto o desagrada.

BÔNUS

Procuradores de férias ou de folga vão poder receber extra de até R\$ 11 mil

Criado sob a alegação de excesso de trabalho, um penduricalho do Ministério Público vai beneficiar com até R\$ 11 mil por mês procuradores em férias, licença ou recesso e aqueles afastados para atuar em associações de classe. Similares a sindicatos, as entidades defendem interesses particulares dos filiados. Na prática, mesmo sem dar expediente, integrantes dessas carreiras que já têm 60 dias de férias por ano poderão ganhar adicional de 33% e receber acima do teto constitucional - hoje, o vencimento de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) é de R\$ 39,3 mil.

Em julho do ano passado, o procurador-geral da República e presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Augusto Aras, havia publicado uma recomendação para que o penduricalho já existente para juízes fosse estendido a todo o MP. Na época, o conselho afirmou que se tratava de "uma orientação". Agora, o órgão define regras para a concessão do benefício por meio de uma resolução aprovada em dezembro e publicada na sexta-feira passada.

Assim como a recomendação, o novo texto não limita o penduricalho por "acúmulo de acervo processual, procedimental ou administrativo" ao chamado abate-teto. Presente nas regras da magistratura, a trava chegou a constar de uma minuta de recomendação do CNMP, mas foi retirada na versão final do texto. Além disso, no

caso dos juízes, o bônus é pago àqueles que acumulam varas e processos nas férias de colegas e o direito foi obtido por meio de lei aprovada no Congresso.

As regras mais recentes do CNMP, que visam espelhar o penduricalho da magistratura, valem para o Ministério Público da União, que abrange o Ministério Público Federal; do Trabalho; Militar; e do Distrito Federal e dos Territórios. Caberá ao conselho superior de cada ramo, em 90 dias, definir a quantidade de processos que dará direito ao benefício, o que, para ministros e magistrados que já atuam em conselhos ouvidos sob reserva, abre margem para o pagamento de forma ampla.

Na época da recomendação, o Ministério Público do Paraná, por exemplo, já havia estabelecido que promotores com mais de 200 ações criminais tinham direito a um extra. Segundo os dados mais recentes, de 2021, o MPU tem 2.319 integrantes - dos quais 1.144, no MPF; 760, no MPT; 48, no MPM; e 367, no MPDFT. Um procurador da República tem salário de R\$ 33,7 mil. Questionado, o CNMP não informou estimativas de gastos com o novo adicional. Esse mesmo benefício concedido a juízes é alvo de apuração no Tribunal de Contas da União (TCU).

As novas normas do CNMP preveem um dia de licença a cada três dias de trabalho ou o pagamento do penduricalho. "Observada a disponibilidade financeira e orçamentária, os ramos do Ministério Público

da União, por ato do respectivo procurador-geral, poderão indenizar os dias de licença", diz a resolução, o que, na visão de ministros e juízes que atuam em conselhos, fará do pagamento uma prioridade.

Segundo o gerente de Inteligência Técnica do Centro de Liderança Pública (CLP), Daniel Duque, essa brecha terá impacto fiscal e o novo penduricalho chega em um momento delicado do País, além de se tratar de uma indenização, que fica fora do teto, não uma remuneração, sujeita ao teto e a impostos. "Vai haver aumento de gastos de uma carreira que já é a que tem o maior nível de gasto proporcional em relação ao resto do mundo. Isso é um problema, tendo em vista que há um desafio do governo para solucionar as contas públicas", disse Duque. Quando a recomendação veio a público, o diretor-presidente do CLP, Tadeu Barros, afirmou se tratar de estímulo à "incompetência".

A lista dos beneficiários é longa. Pelo texto do CNMP, já terão direito ao benefício: presidente e integrantes de conselhos superiores; corregedor-geral; secretário-geral ou diretor-geral; chefes de gabinete de procuradores-gerais; coordenador-geral, coordenador nacional, assessor-chefe, além de secretários, diretores ou coordenadores titulares de órgãos administrativos das procuradorias-gerais. Quem participar de comissões - como as de combate ao trabalho escravo -, gru-

pos de trabalho e até grupos de estudo também terá "acúmulo de processo".

De acordo com a resolução do CNMP, também será beneficiado quem exercer "função relevante singular". Neste caso entram os procuradores afastados para atuar nas associações de classe. Por lei, os membros do MPU com "mandatos classistas" tiram licença remunerada e até três integrantes por entidade são liberados de suas funções. Agora, o valor extra por excesso de trabalho poderá ser recebido enquanto um procurador atua em favor dos colegas, longe do cotidiano das demandas judiciais. Hoje, entidades como Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) e Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM) representam a categoria.

Na iniciativa privada, o empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tem 30 dias de férias, recebe hora extra ou banco de horas e, ao atuar em comissão interna de prevenção de acidentes (Cipa) ou sindicato, não ganha um extra, mas estabilidade de um ano após o fim do mandato. Ao cobrir férias de um chefe, o trabalhador tem direito a receber salário igual ao do superior. Um magistrado disse que a regra para os procuradores com mandato classista é uma forma de incluí-los na "festa".

OPORTUNIDADES

Rio pode receber 73 grandes eventos esportivos nos próximos dez anos

O prefeito Eduardo Paes afirmou que o Rio de Janeiro tem um conjunto de equipamentos esportivos que permite trazer grandes eventos, que podem ter um impacto econômico fantástico na cidade

A Prefeitura do Rio e a Secretaria Municipal de Esportes, em parceria com o Rio Convention & Visitors Bureau (Rio CVB/Visit Rio), apresentaram, na terça-feira (31/01), o “Mapa de Oportunidades para o Rio de Janeiro nos próximos 10 anos”. Fruto de um convênio com a 2IS, consultoria suíça que monitora oportunidades de eventos desse segmento, o primeiro diagnóstico aponta 73 torneios de prestígio mundial que a cidade está apta a receber.

O estudo considerou critérios como atratividade turística, disponibilidade de espaços existentes, popularidade e relevância socioeconômica. Segundo estimativa do Rio CVB/VisitRio, se o Rio de Janeiro conseguir atrair os dez eventos mais relevantes da lista poderá conseguir, em uma década, um incremento de cerca de R\$ 15 bilhões na atividade econômica local.

“Um dos papéis da Prefeitura é a universalização do acesso ao esporte. Além disso, um aspecto fundamental para a construção da identidade carioca é o alto impacto dos eventos esportivos na trajetória da nossa cidade. Hoje, o Rio tem um conjunto de equipamentos esportivos que permite trazer para cá grandes eventos, que podem ter um impacto econômico fantástico na cidade”, afirmou o prefeito Eduardo Paes.

O estudo põe no radar da cidade eventos de impacto mundial. Na lista, os campeonatos mundiais de basquete



Eduardo Paes: “um aspecto fundamental para a construção da identidade carioca é o alto impacto dos eventos esportivos na trajetória da nossa cidade”

masculino e feminino, de vôlei, de hipismo, de ciclismo, de futebol feminino, de atletismo, além dos Jogos Pan-Americanos e da Copa dos Presidentes (Golfe).

O presidente do Rio CVB/VisitRio, Carlos Werneck, destacou que os investimentos em infraestrutura feitos pela cidade para receber a Copa do

Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016 foram decisivos para a elaboração do diagnóstico. Ele ressaltou que esse legado reduzirá, significativamente, os investimentos necessários para atrair novos eventos.

“O investimento necessário para ser sede de eventos

esportivos no Brasil hoje é pequeno, comparado ao que já se investiu para a formação de capital humano e para construção de estádios, arenas, aeroportos e toda infraestrutura física que temos hoje. Nossa ideia é que possamos avançar nesse nicho e explorar todo o potencial da cidade”, disse Car-

los Werneck.

Para o secretário de Esportes do Rio, Guilherme Schleder, o estudo reforçou a importância da cidade do Rio no cenário esportivo global.

“Recebi a missão do prefeito Eduardo Paes para colocar o Rio novamente no cenário esportivo mundial. Nesse

período, reabrimos Vilas Olímpicas, fizemos diversas parcerias (Ministério da Cidadania, outras secretarias municipais, federações, clubes), melhoramos as estruturas dos equipamentos esportivos, aumentamos o orçamento e o número de profissionais e alunos em todos os locais, colocamos o programa Rio em Forma para funcionar, regularizamos as atividades esportivas na orla da cidade, reformamos pistas de skate da Praça XV e Lagoa, criamos a APCC no Parque Madureira e apoiamos a Maratona do Rio, Game XP e Mundial de Beach Tennis. O “Mapa de Oportunidades para o Rio de Janeiro nos próximos 10 anos” mostra que somos capazes de mais. Diagnóstico animador e parceria muito importante da Prefeitura e a Secretaria Municipal de Esportes com o Rio Convention & Visitors Bureau (Rio CVB/Visit Rio). No estudo, podemos notar a diversidade de eventos esportivos como Mundiais de Basquete Masculino e Feminino, o Mundial de Vôlei e o Mundial de Hipismo. Ou seja, esporte para todos os gostos e públicos”, declarou Guilherme Schleder.

Além da infraestrutura física, a Copa do Mundo e a Olimpíada também permitiram a qualificação de pessoal em padrão internacional. Na Copa do Qatar, por exemplo, 350 brasileiros atuaram na organização do torneio. O currículo desses profissionais é um dos elementos que integram o conjunto de condições para a atração de novos eventos esportivos.

BACIA DE CAMPOS

Petroleiros denunciam riscos à segurança e ao meio ambiente provocados pela P-50

O Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF) enviou ofício a órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal requerendo a imediata interdição administrativa da plataforma P-50, localizada na Bacia de Campos (RJ), até que sejam sanadas e restabelecidas as condições de continuidade operacional e de saúde, segurança e meio ambiente da unidade.

O Sindipetro-NF coletou diversas denúncias sobre riscos provocados pela P-50, plataforma que desde a última quinta-feira, 26, é operada pela empresa PetroRio (PRIO). Os petroleiros apontam que a embarcação está em processo de degradação devido à falta de investimentos e de manutenção de sua estrutura e maquinário.

“Os turbo-geradores apresentam problemas no sistema de aquecimento de água, interferindo diretamente no mecanismo de separação e enquadramento de petróleo e água produzida e descartada. Além disso, o gerador de emergência e o gerador auxiliar estão com vazamentos no sistema de refrigeração, sendo um risco para a continuidade operacional em situações que exigem um tempo maior de utilização



Plataforma P-50: os turbo-geradores apresentam problemas no sistema de aquecimento de água, interferindo diretamente no mecanismo de separação

de tais equipamentos”, destaca o documento.

As más condições da plataforma ameaçam também o meio ambiente e a população a bordo. Foram encontrados furos na linha de descarte de água oleosa, ocasionando a aspersão de resíduos nocivos, com a contaminação do ar e de superfícies de contato.

Os descuidos com as condições estruturais da uni-

dade se refletem na precariedade da habitação da tripulação a bordo, e nem mesmo os banheiros da embarcação estão aptos ao uso. Os registros apontam que, na localização do convés, do total de seis banheiros, apenas um resta como operacional. Já na localização do 2º piso do casario, de quatro banheiros, também apenas um está em funcionamento.

A P-50 está localizada no campo de Albacora Leste, descoberto pela Petrobrás em 2006, e adquirido pela PRIO, que na semana passada pagou a parcela restante de US\$ 1,7 bilhão pelo campo. Com isso, a PRIO assumiu as operações da P-50 no mesmo dia em que o conselho de administração da Petrobrás aprovou a indicação de Jean Paul Prates para a presidência da companhia, sendo

alvo de críticas da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Para o coordenador-geral do Sindipetro do Espírito Santo, Valnísio Hoffmann, “o processo de venda de Albacora Leste foi muito acelerado, nesta etapa final, e houve grande pressão por parte da PetroRio a gerentes e órgãos fiscalizadores para conseguir liberações e licenças necessárias. Há informações de que várias pendên-

cias não foram cumpridas e mesmo assim a plataforma foi entregue à empresa”.

Segundo ele, outro fator que causou estranheza foi a exigência da PetroRio para que todos os trabalhadores da P-50 desembarcassem um dia anterior à posse de Prates na presidência da Petrobrás. “Fica nítido que havia receio do comprador de que a venda fosse reavaliada pela nova administração”, diz ele.

Hoffmann relata também a denúncia de um poço que não estava no contrato inicial e foi incorporado à plataforma. “É praticamente um brinde esse poço produtor. Temos comprovadamente um reservatório de pré-sal dentro do polígono de Albacora Leste com um poço já testado, tendo a sua produtividade comprovada. Esperamos que o novo presidente da Petrobrás investigue se houve alguma irregularidade e, em caso positivo, anule a transação. Não se pode vender no regime de Concessão o que está dentro do polígono de Partilha”.

Para garantir as condições operacionais da plataforma, a segurança e a saúde dos trabalhadores, o ofício encaminhado pelo Sindipetro-NF solicita atuação direta do Ministério Público do Trabalho, da Procuradoria e da Superintendência Regional do Trabalho do Rio de Janeiro; da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da direção da Petrobrás.

LEGISLATIVO

Alerj lança pedra fundamental virtual da Casa da Democracia

O centro cultural será dedicado a momentos emblemáticos da vida política brasileira que tiveram o Palácio Tiradentes como protagonista.



O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, André Ceciliano, durante o lançamento da pedra fundamental virtual da Casa da Democracia

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) lançou, na tarde de terça-feira (31), a pedra fundamental virtual da Casa da Democracia. O centro cultural será dedicado a momentos emblemáticos da vida política brasileira que tiveram o Palácio Tiradentes como protagonista. O projeto aposta em tecnologias imersivas para tornar o conteúdo ainda mais atrativo ao público. A previsão é de que ele seja inaugurado ainda no primeiro semestre deste ano.

Na cerimônia, o presidente da Alerj, deputado André Ceciliano (PT), ressaltou a importância da criação do centro de memória, como forma de preservar o patrimônio histórico e de promover a reflexão sobre os valores do Estado Democrático de Direito, como liberdade de expressão, respeito às leis e às instituições e igualdade de direitos.

"Mudamos administrativamente de prédio e a gente precisava dar vida ao Palácio Tiradentes. Mais do que um lugar de preservação da memória política do país e do estado, a Casa da Democracia será um ambiente de reflexão sobre os valores republicanos e democráticos. É a vocação natural deste edifício, construído para abrigar o Legislativo há quase 200 anos, um lugar de lutas por liberdade e justiça social", afirmou.

ROTEIRO HISTÓRICO

Projetada num telão, a pedra fundamental virtual era uma espécie de "cápsula do tempo", onde foram depositadas imagens do passado, como uma foto da antiga Cadeia Velha, e vídeos de sessões plenárias do Palácio Tiradentes, com a proposta de ser revisitada após 50 anos. O presidente Ceciliano foi o primeiro a se cadastrar no portal que, a partir da inauguração, vai registrar todos os visitantes.

A superintendente da Curadoria do Palácio Tiradentes, Maria Lúcia Horta Jardim, ressaltou o trabalho de revitalização dos ambientes depois da mudança das atividades legislativas para a sede da

Alerj, na Rua da Ajuda, Centro do Rio. O desenvolvimento do projeto foi feito em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF). Durante o evento, foi lançado também o livro "Democracia em Foco", editado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que também contribuiu para as escolhas do conteúdo das exposições.

apanhado cultural e histórico muito grande. Fizemos tudo com todo cuidado e respeito que o Palácio merece", afirmou Maria Lúcia.

Professor da UFF e coordenador do projeto, Franklin Dias Coelho, contou que o principal desafio foi aliar a preservação do patrimônio, tornando ele um ambiente

muita informação relevante", garantiu Franklin.

Com painéis eletrônicos, áudio e vídeos a narrativa vai fazer uma releitura dos principais períodos republicanos: a Primeira República (1889 - 1930), - Período Vargas (1930-1945 e 1951-1954), a Ditadura Militar (1964 a 1985), a abertura "Lenta, Gradual e Segura" e a Lei da Anistia (1974 - 1979), Diretas Já! (1984 - 1985). A Nova República (1985 até os dias de hoje). As diversas fases do Palácio Tiradentes também vão compor as exposições permanentes. Também estão previstas mostras temporárias relacionadas a datas comemorativas nacionais.

Deputados eleitos tomam posse na Alerj nesta quarta-feira

Os deputados eleitos para a 13ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) vão tomar posse nesta quarta-feira (01), às 15h, em sessão solene no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, no Palácio Tiradentes, antiga sede da Assembleia.

A sessão será comandada pelo deputado Carlos Minc (PSB), decano da Casa, que iniciará seu décimo mandato. A Alerj terá uma renovação de 45,7% de suas cadeiras, e essa legislatura contará com 32 novos parlamentares e 38 reeleitos.

Nesta nova legislatura da Alerj, destaca-se o crescimento da bancada feminina, que representa 21,4% do total de parlamentares - em 2018, tinham sido eleitas 12 mulheres. O Parlamento também ganha em inclusão e diversidade, com a eleição de Dani Balbi (PCdoB), primeira transsexual a ter mandato na Assembleia; de Índia Armelau (PL), autodeclarada indígena; e de Elika Takimoto (PT), autodecla-

rada asiática.

A maior bancada será do PL, com 17 deputados. Em sequência, vem a bancada do União Brasil, com oito parlamentares, seguida pelo PT com sete, PSD com seis e PSol com cinco. O PP contará com quatro deputados, enquanto o Republicanos e o Solidariedade terão três deputados cada um. Os partidos com dois representantes na Alerj são PSB, PROS, MDB, PDT e Podemos. Já Avante, PMN, Patriota, Agir, PSC, PTB, PCdoB contam com um parlamentar, cada legenda.

Os deputados eleitos voltam a se reunir na quinta-feira (02/02), às 15h, também no Palácio Tiradentes, para a eleição da Mesa Diretora e do novo presidente da Alerj. Os eleitos terão um mandato de dois anos.

Serviço:
Posse dos deputados da 13ª Legislatura
Data: 01/02/23
Horário: 15h
Local:
Palácio Tiradentes

"Começamos a planejar esse projeto em junho de 2021 e o nosso primeiro passo foi cuidar do edifício e do restauro dele com a ajuda da Oficina Escola. Em parceria com a UFF, nós nos debruçamos no desenvolvimento da narrativa e da forma da Casa da Democracia, que traz um

interativo e selecionar os fatos abordados. "O público que visitar a Casa da Democracia vai conhecer um pouco da história que a história não conta. O que fez com que a gente tivesse que fazer um trabalho de pesquisa muito rebuscado, mas conseguimos, e vamos entregar ao público

SOCIEDADE IMOBILIÁRIA MINAS CENTER LTDA
CNPJ/MF - 04.760.010/0001-86 - NIRE/JUCEMG - 33.2.0839694-0

ATA de Assembleia de Sócios: (i) Data, Hora e Local: Aos 20 de setembro de 2022, às 10:00h (dez horas), na sede da sociedade situada na Rua Visconde de Pirajá, nº 608, sala 801, Ipanema, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.410-002; (ii) **Presenças:** Reuniram os sócios representando 100% (cem por cento) do capital social, conforme Lista de Presença anexa a este instrumento; (iii) **Composição da Mesa:** Carlos Henrique Leal Teixeira Junior e Júlio Cesar Feitosa de Oliveira, respectivamente Presidente e Secretário. (iv) **Deliberações:** Por unanimidade foram tomadas as seguintes deliberações: (a) Por ser considerado excessivo em relação ao objeto da sociedade, fica aprovada a redução do Capital Social no valor de R\$ 2.253.050,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta e três mil e cinquenta reais), mediante a extinção de 2.253.050 (dois milhões, duzentas e cinquenta e três mil e cinquenta) cotas no valor nominal de R\$1,00 (hum real), de titularidade dos seguintes sócios:

Sócios N°	Cotas Extintas
Gondwana Properties S/A	523.823
GTS RJ Participações Ltda	484.395
Triunfo Participações Ltda	450.600
LTK Participações Ltda	112.650
Guanxi Gestão e Participações Ltda	78.855
Carlos Frederico Correa e Castro Godinho	78.855
Gabriella Vieira Teixeira	261.936
Isabella Vieira Teixeira	261.936
Total	2.253.050

(b) O pagamento das cotas extintas acima, será realizado, em até 180 dias, pelo seu valor nominal, em moeda corrente nacional, conforme disponibilidade financeira da sociedade; (c) Os sócios expressamente autorizam os administradores da Sociedade, quando julgarem apropriado, efetuar o pagamento das cotas extintas, bem como tomarem as medidas necessárias à efetivação do quanto aqui deliberado, incluindo a eventual realização de depósito judicial previsto no parágrafo 2º do artigo 1.084 da lei 10.406/02. (v) **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Assembleia, lavrando a presente ata que depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios. **Carlos Henrique Leal Teixeira Junior** - Presidente da Assembleia; **Júlio Cesar Feitosa de Oliveira** - Secretário da Assembleia; **Gondwana Properties S/A**. Rep. por Carlos Henrique Leal Teixeira Junior; **GTS RJ Participações Ltda**. Rep. por Gilberto Teixeira de Souza; **Triunfo Participações Ltda**. Rep. por Thaís de Moura Magalhães Quintão; **Gabriella Vieira Teixeira**; **Isabella Vieira Teixeira**; **LTK Participações Ltda**. Rep. por Larissa Dutra Hargreaves; **Guanxi Gestão e Participações Ltda**. Rep. por Júlio Cesar Feitosa de Oliveira; **Carlos Frederico Correa e Castro Godinho**.

GRUPO DE MODA SOMA S.A.
CNPJ/ME nº 10.285.590/0001-08 - NIRE 33.3.0031538-1

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22/12/2022: 1. **Data, Horário e Local:** No dia 22/12/2022, às 14h, por meio de videoconferência, nos termos do parágrafo único do art. 13 do Estatuto Social do Grupo de Moda SOMA S.A. ("Companhia"). 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do parágrafo único do art. 13 do Estatuto Social da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Marcel Sapir; Secretária: Fernanda Lessa Barreto de Freitas. 4. **Ordem do Dia:** Discutir e deliberar acerca do investimento a ser realizado pela Companhia na Soma Brands International GmbH, da qual a Companhia é única acionista. 5. **Deliberações:** Após análise da matéria constante da ordem do dia, no uso das atribuições que lhes conferem os incisos XVIII, XXVII e XXVIII do art. 20 do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros decidiram, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a realização de investimento no montante de até R\$230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais) pela Companhia na Soma Brands International GmbH, Baarerstrasse, 112, 6300, ZUG (Switzerland) ("Soma Brands"), por meio da integralização de seu capital, sendo que tal integralização será realizada por meio da capitalização e transferência dos seguintes ativos a valor contábil de titularidade da Companhia: (i) a integralidade da participação detida pela Companhia em Plantage Rio Inc., d/b/a FARM Rio, a Delaware Corporation company registered under the TIN number 35-2630062 and office at 113 Prince Street, New York, NY, 10012 ("Plantage"); e (ii) a parcela do intangível detida pela Companhia correspondente à marca Farm, e todos os direitos a ela associados, incluindo direitos de marketing e distribuição na Europa, Estados Unidos, e outros territórios com exceção do Brasil. Os conselheiros, no uso da atribuição que lhes confere o art. 20, IX do Estatuto Social da Companhia, decidiram ainda, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a nomeação da empresa especializada Taticca Auditores Independentes S/S, sociedade estabelecida na cidade São Paulo, na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, no 375, Sala 51, Brooklin Novo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 20.840.718/0001-01, registrada no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (SP) sob o nº "CRC 2SP-03.22.67/O-1" ("Taticca"), para elaboração de laudo de avaliação a valor contábil dos ativos mencionados nos itens (i) e (ii) acima. Por fim, os conselheiros decidiram que os administradores da Companhia e da Soma Brands estão autorizados a praticar todo e qualquer ato necessário à formalização e concretização das matérias ora deliberadas. 6. **Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. RJ, 22/12/2022. Mesa: Marcel Sapir - Presidente; Fernanda Lessa Barreto de Freitas - Secretária. **Conselheiros:** Marcel Sapir; Roberto Luiz Jatayh Gonçalves; Marcello Ribeiro Bastos; Fabio Hering; Maria Laura Tarnow; Gisela Dantas Rodenburg; Edison Ticle de A. M. e Souza Filho. Jucerja nº 5273020 em 23/01/2023.

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.
CNPJ: 08.602.745/0001-32 - NIRE: 33.3.0027996-2

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2022: 1- **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 01 de novembro de 2022, às 08 horas, na sede da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), situada na Rua São Clemente, nº. 38, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. 2- **QUÓRUM E CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, face à presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do § 4º, do Art. 4º, da Lei 6.404/76. 3- **MESA:** Laerte Tavares Lacerda - Presidente; Janete Maria de Cerqueira Figueiredo - Secretária. 4- **ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE:** 4.1. - Reeleição dos **Srs. Laerte Tavares Lacerda**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº. 03.016.221-8 DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 266.037.567-49, residente e domiciliado na Rua Edivaldo Bittencourt Mello, nº. 77, Freguesia - Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP.: 22.750-690; **Janete Maria de Cerqueira Figueiredo**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº. 03.784.879-3 DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº. 430.219.647-53, residente e domiciliada na Avenida Prado Júnior, 237, Apto. 504, Copacabana, Rio de Janeiro-RJ, Cep.: 22011-040; **Marli Ribeiro**, brasileira, convivente em união estável, técnica em contabilidade, portadora do documento de identidade nº. 05433987-4 IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº. 485.103.607-82, residente e domiciliada na Rua Canadá, nº. 14, quadra "H", Jardim Nautilus, Cabo Rio, Estado do Rio de Janeiro, CEP.: 28.909-170; **Rodolpho de Brito Silva**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº. 01-05561-5 CRA-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 266.052.797-00, residente e domiciliado na Avenida Edison Passos, 541/402, Alto da Boa Vista, Na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP.: 20.531-073; e **Antonio de Caldas Ribeiro**, brasileiro, casado, atuariário, portador do documento de identidade RG nº. 80.931.182-2, inscrito no CPF/MF sob o nº. 098.960.157-91, residente e domiciliado na Rua Amadeu Soares, 83, casa, Santa Ceclília, Belford Roxo - RJ, CEP.: 26130-700, para os cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 03 (três) anos, a iniciar-se nesta data e com término previsto para 01/11/2025. 4.1.1. - Atribuir ao Sr. **Laerte Tavares Lacerda** a função de Presidente do Conselho de Administração da Companhia. 4.2. - **Declaração de Desimpedimento:** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos/releitos declaram estar desimpedidos, na forma da Lei, para o exercício dos respectivos cargos para os quais foram eleitos/releitos e não fazer parte de sociedades concorrentes no mercado. 5- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** Aprovadas por unanimidade todas as deliberações acima e nada mais havendo de que tratar, foi encerrado o trabalho desta Assembleia Geral Extraordinária, lavrando-se no livro próprio a presente ata, que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2022. **Laerte Tavares Lacerda** - Presidente; **Janete Maria de Cerqueira Figueiredo** - Secretária. **Acionistas:** **CAPEMISA INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL** - Representado por **Janete Maria de Cerqueira Figueiredo** - **Diretora-Presidente**; **ASSOCIAÇÃO CLUBE SALUTAR** - Representada por **Laerte Tavares Lacerda** - **Diretor-Presidente**. Jucerja nº 5239021 em 04/01/2023.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
CNPJ nº 15.440.708/0001-30
NIRE nº 33.3.0030232-8
COMPANHIA FECHADA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2023 ÀS 09:00 HORAS
CERTIDÃO: JUCERJA 00005284387 em 27/01/2023. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
CNPJ nº 15.440.708/0001-30
NIRE nº 33.3.0030232-8
COMPANHIA FECHADA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2023 ÀS 09:30 HORAS
CERTIDÃO: JUCERJA 00005284390 em 27/01/2023. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

INFRAESTRUTURA

Gov. de SP anuncia obras de recuperação no interior do estado

Regiões de Araraquara, onde seis pessoas da mesma família morreram vítimas da chuva, e Presidente Prudente, onde pontes serão reformadas, receberão investimento do estado

“O que nos cabe agora é seguir em frente, reconstruir o que temos para reconstruir. Essa é a melhor maneira de homenagear as vidas que foram perdidas, dando uma pronta resposta. Vamos fazer o melhor, trabalhar juntos porque é isso que a população merece e espera de nós”, disse Tarcísio de Freitas.

O Governo de São Paulo vai repassar R\$ 4,8 milhões para a construção de galerias de águas pluviais no córrego Ribeirão das Cruzes, na Avenida Francisco Salles Culturato, local que sofreu erosão causada pelo temporal na noite de 28 de dezembro de 2022, vitimando seis pessoas da mesma família.

Outros R\$ 680 mil serão usados para a construção de um muro de contenção na Avenida Francisco Martins Caldeira Filho, no Parque São Paulo. Mais de R\$ 11 milhões já foram liberados pelo governador para obras de recuperação nos municípios afetados pelas chuvas deste ano.

“A Defesa Civil do Estado segue atenta aos municípios afetados pelas fortes chuvas de verão, como foi o caso de Araraquara. Estamos empenhados em minimizar os impactos na cidade”, afirmou o coordenador estadual de proteção e defesa civil, coronel PM Henguel Pereira. Presidente Prudente

O governador Tarcísio de Freitas entregou nesta terça-feira (31), em Presidente Prudente, as obras de quatro pontes construídas pela Defesa Civil Estadual nos municípios de Presidente Prudente, Bilac, Taciba e Alfredo Marcondes.

Ao todo, as obras somam investimento de R\$ 2,4 milhões e foram executadas por convênios celebrados entre o Estado, por meio da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, e os municípios, beneficiando diretamente toda a população da região.

“Estamos hoje entregando quatro pontes que foram construídas em locais prejudicados

por fortes chuvas na região. Em Presidente Prudente, por exemplo, ela era esperada há 50 anos. Ficamos muito felizes em estarmos resolvendo um problema de conexão e dando fluidez à região”, disse Tarcísio de Freitas.

O município de Presidente Prudente foi contemplado com a ponte sobre o córrego Mandaguari, na estrada PSP-030, com investimento de R\$ 1,1 milhão. Na cidade de Taciba, foi entregue a construção sobre o Córrego da Onça, na estrada TCB-010, que contou com investimento de cerca de R\$ 497 mil.

Foi entregue ainda a ponte da estrada AFM-257º, localizada no município de Alfredo

Marcondes, com repasse de cerca de R\$ 850 mil na obra. Em Bilac, foi construída uma ponte na estrada BIL-030, sobre o Córrego da Lage, com investimento de aproximadamente R\$ 542 mil.

“Nosso trabalho, como o realizado nesses municípios, faz parte de um importante serviço prestado pela Defesa Civil do Estado. É por meio das obras recuperativas que buscamos atender as comunidades locais, reconstruindo caminhos que possam trazer mais qualidade de vida e impacto social para a região”, afirmou o coordenador estadual de proteção e defesa civil, coronel PM Henguel Pereira.

MORADIA

Manifestantes colocam fogo em pneus na Via Dutra e fecham trecho da rodovia

Uma manifestação de moradores da comunidade do Sata bloqueou a pista marginal da Rodovia Presidente Dutra, no sentido São Paulo, na região de Guarulhos, na manhã de terça-feira, 31. O grupo protesta contra uma reintegração de posse e colocou fogo em pneus para fechar a rodovia.

Embora um trecho tenha sido parcialmente liberado, por volta das 9h, a concessionária CCR RioSP informava que o tráfego ainda estava complicado e sem previsão

de liberação total. Havia ao menos quatro quilômetros de congestionamento registrado entre os kms 212 e 216, perto do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Em nota, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) disse que foi registrada a interdição total na via local e lateral da rodovia. Segundo a polícia, a manifestação por reintegração de posse reúne ao menos 30 manifestantes, que colocaram fogo em pneus e materiais diversos para bloquear o tráfego na região.

Em razão de muitos motoristas buscarem a rodovia Ayrton Senna como alternativa, o tráfego na via, segundo a concessionária Ecopistas também estava congestionado. No sentido de São Paulo, por volta das 8h40 o tráfego permanecia lento entre os kms 30 e 11, em razão do alto fluxo de veículos.

Em nota, a Prefeitura de Guarulhos afirma que a comunidade do Sata possui alto risco de enchentes e de desmoronamento de residências. Além disso, registra alaga-

mentos frequentemente. “Hoje há ainda 23 moradias sobre valas de drenagem, cujos moradores foram notificados há dois meses sobre a necessidade de desocupação”, disse.

Em razão da gravidade dos riscos, foi acordado com os moradores o cadastro para o recebimento do aluguel social por até 24 meses. “A primeira parcela desse auxílio (R\$ 400) já foi paga e permitirá uma nova residência em um lugar seguro. O Bolsa Família também será concedido àqueles

que estão aptos. Juntos, os benefícios podem chegar a R\$ 1 mil por família”, afirmou o município.

Antes havia 33 moradias sob risco no local, mas os ocupantes das demais já foram acolhidos em abrigos municipais e beneficiados com o cadastro nos programas sociais, de acordo com a prefeitura. Além de sofrerem com as enchentes, essas casas acabam também causando alagamentos na avenida Cataguases, em Cubica, de acordo com avaliação técnica.

CULTURA

Gov. de SP realiza reunião híbrida com gestores municipais

Cerca de 500 secretários e secretárias de Cultura estiveram presentes na reunião

A Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo realizou nesta terça-feira (31), no Teatro Sérgio Cardoso, o primeiro encontro de gestores que representam a Cultura em seus municípios no Estado de São Paulo. Cerca de 500 secretários e secretárias de Cultura, representantes e autoridades das cidades paulistas estiveram presentes na reunião híbrida que foi realizada nesta segunda-feira (30/1).

A proposta do evento foi aproximar o Governo de São Paulo com os representantes culturais dos municípios e construir uma ampla rede de diálogo, por meio de um mapeamento de consolidação de dados e diagnósticos das cidades, os equipamentos culturais locais, agendas de execuções de políticas públicas no interior além de informar a realização de encontros regionais presenciais ao longo da gestão.

“A ideia é produzirmos a política cultural do Estado juntos. A primeira linha de construção desta parceria é consolidar e compartilhar os dados relacionados ao setor da Cultura entre o município e o Estado. Precisamos tornar luz as nossas produções artísticas. As pessoas que produzem cultura nas cidades precisam ser mapeadas. Nós somos responsáveis e trabalharemos juntos fazendo o diagnóstico, a definição e a validação da política pública de cultura”, destacou a secretária da Cultura do Estado de São Paulo, Marília Marton.

Dentre os temas abordados durante a conversa estavam os programas de fomento à cultura, as leis de apoio ao setor Aldir Blanc e Paulo Gustavo, e as diretrizes do Governo, como a aproximação da Secretaria com as pastas de Turismo e Educação. Os secretários e secretárias de Cultura dos municípios paulistas tiveram a oportunidade de tirar dúvidas, debater sobre os temas levantados na reunião, fazer sugestões e dividir propostas relacionadas ao setor.

Marília Marton reforçou o evento reforçando a importância do investimento na Cultura. “Saio com a missão de nos conectarmos e criarmos projetos que otimizem os nossos recursos e atendam as necessidades de vocês. E para fazermos o melhor, precisamos nos unir. Juntos construímos mais. A Cultura não tem discriminação. É um espaço de todos, com poder e lugar de fala para todos”.

OECS S.A.
CNPJ/ME nº 10.220.039/0001-78 - NIRE 35.300.526.805

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2022

Data, hora, local: 30.12.2022, 08:30hs, na sede social, Avenida das Nações Unidas, nº 14.401 - 4º Andar - Parte E - Conj. 44 - Edifício B1 - Aroeira, São Paulo/SP. **Presenças:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Rogério Bautista da Nova Moreira, Presidente; Paula de Ghivizzano Prado Fonseca Poiatti, Secretária. **Deliberações aprovadas:** 1) O aumento do Capital Social em R\$58.270.000,00, passando dos atuais R\$7.282.400.032,86 para R\$7.340.670.032,86, com a emissão de 84.449.275 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações"), conforme Boletim de Subscrição: **Acionista Subscritor: OEC S.A.**, São Paulo/SP, Avenida das Nações Unidas, 14.401 - 4º andar, Parte E - Conj. 44 - Edifício B1 - Aroeira, CNPJ/ME 33.950.222/0001-24 e na JUCESP NIRE nº 35.300.547.632, representada por seus Diretores, os Srs. Rogério Bautista da Nova Moreira e Lucas Cive Barbosa. **Nº de Ações Subscritas:** 84.449.275 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Valor e forma de integralização:** R\$58.270.000,00, mediante a capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital realizado até a presente data. A acionista NOVONOR S.A. - Em recuperação Judicial, neste ato, declara ter renunciado expressamente ao direito de preferência que lhe assiste para subscrição das Novas Ações emitidas. 2) Em consequência da deliberação acima, a alteração do caput do Art. 4º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Art. 4º - O Capital Social da Companhia é de R\$7.340.670.032,86, dividido em 10.589.438.841 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal"; e 4) Consolidação do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 30.12.2022. **Acionistas: OEC S.A.**, por Rogério Bautista da Nova Moreira e Lucas Cive Barbosa; **NOVONOR S.A. - Em Recuperação Judicial**, por Maurício Dantas Bezerra e Felipe Montoro Jans. **JUCESP nº 42.181/23-9 em 24.01.2023.** Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Anexo 2 - Estatuto Social I. Denominação e Prazo de Duração. Art. 1º - A OECS S.A. é uma Companhia que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, com prazo de duração por tempo indeterminado. **II. Sede e Dependências. Art. 2º -** A Companhia tem a sua sede e o foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, onde e quando convier, instalar filiais, sucursais, agências, escritórios, representações e dependências similares em qualquer parte do território nacional ou exterior, mediante liberação da Diretoria. **III. Objeto Social. Art. 3º -** A Companhia tem por objeto social, no território nacional e no exterior, atividades tais como: a) consultoria, pesquisa, assessoria, estudo técnico e/ou econômico, planejamento, procura, suprimentos, execução, gestão, gerenciamento, operação, exploração, exploração, produção, lava, manutenção, conservação, conversão, reparação, instalação, ampliação e modernização, em projetos e obras de engenharia, empreendimentos imobiliários urbanos e rural, arquitetura e urbanismo, construção civil, montagem, industrial, eletromecânica, naval, mineração, inclusive de embarcações, plataformas, gasodutos, oleodutos, dutos submarinos, ou outros meios flutuantes e quaisquer equipamentos industriais, e qualquer outra atividade na área de construção civil, em todos os seus ramos e especialidades, sob qualquer regime de contratação; b) prestação de serviços de limpeza pública, incluindo a remoção, transporte e beneficiamento de lixo; c) prestação de serviços gerais subaquáticos, por conta própria ou de terceiros, inclusive transporte aquaviário e navegação de apoio portuário, exclusivamente na prestação de serviço de dragagem; d) desenvolvimento de negócios ou participação em negócios de exploração, produção, transporte e comercialização de hidrocarbonetos; e) exploração de serviços públicos, precedidos ou não da execução de obras públicas, sob regime de concessão, permissão ou outro qualquer; f) investir, participar em licenças de exploração ou concessão de exploração ou em associações para ditos fins; g) a prática de outras atividades econômicas, relacionadas ou decorrentes das atividades referidas nas alíneas anteriores, no mercado nacional e internacional, inclusive as de locação e compra e venda de equipamentos, transporte e importação e exportação, incluindo, mas sem se limitar, a importação e exportação de medicamentos, sementes e mudas; h) a participação em outras sociedades; e i) a prática de atividade médica ambulatorial restrita a consultas. **IV. Capital Social e Ações. Art. 4º -** O Capital Social da Companhia é de R\$7.340.670.032,86, dividido em 10.589.438.841 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§ Único -** A Companhia poderá, mediante autorização da Assembleia Geral, adquirir as próprias ações para fins de cancelamento ou permanência em tesouraria, para posterior alienação, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Art. 5º -** Cada ação ordinária dá direito a 01 voto nas Assembleias Gerais, não possuindo as ações preferenciais, caso emitidas, direito a voto, salvo nos casos previstos em lei. **§ 1º -** As ações preferenciais, caso emitidas, serão de participação integral, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, bem como participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de dividendos pela Companhia ou na subscção de novas ações resultantes da incorporação de quaisquer reservas ou lucros ao capital. **§ 2º -** As ações da Companhia poderão ser convertidas em uma espécie em outro. **§ 3º -** A Companhia poderá cobrar do acionista o custo de transferência da propriedade de suas ações. **§ 4º -** A integralização de ações mediante bens ou direitos, exceto créditos, dependerá de aprovação da Assembleia Geral. **§ 5º -** As despesas de desdobramento, agrupamento ou substituição de certificados de ações, quando solicitado pelo acionista, correrão por sua conta, por preço não superior ao de R\$ 100. **§ 6º -** Os certificados de ações, em títulos múltiplos que as representem, serão assinados por 02 Diretores. **Art. 6º -** Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já anteriormente possuídas. Caso algum acionista desista, por escrito, do seu direito de preferência, ou não se manifeste dentro de 30 dias contados da data da Assembleia Geral que aprovar o aumento do Capital Social, caberá aos demais acionistas, na proporção das ações possuídas, o direito à subscrição dessas ações. **V. Administração da Companhia. Art. 7º -** A Administração da Companhia caberá a uma Diretoria, com atribuições fixadas de conformidade com as disposições legais e deste Estatuto, ficando dispensados de caução de gestão. **§ Único -** A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia. **Art. 8º -** A Diretoria será composta por, no mínimo 02 e no máximo 10 Diretores, todos sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 anos, podendo ser reeleitos. **§ Único -** Todos os membros da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os membros da Diretoria poderão ser destituídos a qual-

ESTOQUES INADEQUADOS

Confiança do empresário do comércio em SP cai

A confiança dos comerciantes na cidade de São Paulo recuou 4,4% em janeiro, em comparação a dezembro, para 114 pontos, a segunda retração consecutiva. Em comparação ao mesmo mês de 2021, a retração foi maior, de 4,7%. As informações foram divulgadas pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Entre as aberturas, a avaliação das condições atuais registrou queda de 1,5%, para 101,9 pontos. Em relação a janeiro de 2022, porém, o critério avançou 0,7%.

As expectativas futuras apresentaram queda maior, de 6,8%, para 136,6 pontos, em relação a dezembro. Em comparação ao mesmo período do ano passado, o critério recuou 8,3%.

A intenção dos comerciantes em expandir os negócios caiu 6,1%, para 110,9 pontos, com recuo interanual de 7,1%.

Já as expectativas para contratação de funcionários subiram 1,3%, para 120,5 pontos, e o nível de investimento das empresas contraiu 23%, para 101,3 pontos - frente ao mesmo mês de 2021, os critérios contrairam 12,9% e 0,9%, respectivamente.

De acordo com a FecomercioSP, em nota, o cenário se justifica pelas “preocupações com a conjuntura macroeconômica: alto endividamento das famílias, juros elevados, inflação em alta e política econômica a ser adotada pelo novo governo”.

O Índice de Estoques (IE) caiu 1,4% em janeiro, para 114,5 pontos - avanço de 2,7% na base interanual. No mês, os comerciantes que indicavam adequação somaram 57,2%. O saldo é de 0,9 ponto percentual menor do que o registrado em dezembro, de 58%. Os comerciantes que indicavam inadequação somaram 42,6% nesta leitura.

BM Varejo Empreendimentos S.A.
CNPJ 33.599.082/0001-91 - NIRE 35.300.536.070

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30/11/2022

Data, Hora e Local: Em 30/11/22, 10h, na sede da Companhia. **Presença:** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Presidente, Sra. Iris Rubins Pinto da Silva, Sra. Ana Beatriz Margarido Pires de Almeida Lobo, secretária. **Deliberações aprovadas:** **6.1.** Aumentar o capital social no montante de R\$ 115.802.851,18, representado por 5.110.615 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 22,65927893 por ação. **6.1.1.** O capital social atual passa de R\$ 122.769.879,65 para R\$ 238.572.730,83 dividido em (i) 36.444.357 ações ordinárias e (ii) 100 ações preferenciais Classe A, todas nominativas e sem valor nominal; **6.1.2.** As 1.795.264 ações ordinárias ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas por **Autonomy Global Opportunities Master Fund LP**, com sede em Cayman Islands, tendo o montante total de R\$ 40.679.388,05 integralizado. Para os fins do aumento ora deliberado, todos os acionistas e o subscritor anuíram expressamente com todas as condições para a emissão das ações ordinárias e respectiva integralização conforme ora deliberado, incluindo, mas não se limitando a, as bases utilizadas para o preço de emissão das ações e a espécie das ações; e (iii) As 3.315.351 ações ordinárias ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas por **Gafisa Propriedades Incorporação, Administração, Consultoria e Gestão de Ativos Imobiliários S.A.**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ/ME nº 08.168.657/0001-74, sendo o montante total de R\$ 75.123.463,13 integralizado mediante a conversão de (i) 15.000 Debêntures da Segunda Série, e (ii) 59.995 Debêntures da 1ª Série, ambas da 6ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações Ordinárias, em Duas Séries, da Espécie Quirografária a ser Convogada em Garantia Real, para Colocação Privada da BM Varejo Empreendimentos S.A. Os Acionistas renunciaram aos seus direitos de preferência na subscrição de novas ações representativas do aumento de capital. **6.1.3.** Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social: "Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 238.572.730,83, dividido em 36.444.357 ações, sendo (a) 36.444.357 ações ordinárias e (b) 100 ações preferenciais Classe A, todas nominativas e sem valor nominal. Todas as ações ordinárias e todas as ações preferenciais Classe A encontram-se integralizadas em moeda corrente nacional." **6.2.** Consolidar o Estatuto Social. Nada mais. JUCESP nº 3.523/23-8 em 10/01/23. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

YANOMAMIS

Desvio de remédios para garimpeiros será apurado

Fiocruz relata ter recebido a informação de que medicamentos para malária estão sendo vendidos para mineradores irregulares na Amazônia

O Ministério da Saúde denuncia denúncias de desvio de remédios destinados aos Yanomamis para garimpeiros. Em ofício do último dia 18, a Fiocruz relata ter recebido a informação de que medicamentos para malária estão sendo vendidos por mineradores irregulares perto da reserva indígena no meio da Amazônia, em Roraima.

“Tendo Farmanguinhos entregue toda a produção ao Ministério da Saúde”, diz a Fiocruz no documento, em referência ao remédio artesanal + mefloquina, “vimos a necessidade de informar-lhes a fim de que medidas possam ser tomadas para que o rastreio da distribuição desse medicamento possa ser feito e apurado o fato relatado”. Profissionais de saúde que atuaram no atendimento a indígenas nos últimos anos também fizeram relatos semelhantes à reportagem.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já mandou investigar a gestão Jair Bolsonaro (PL) por omissões e suspeita de genocídio dos povos indígenas, além do descumprimento de decisões judiciais que determina-

vam o reforço nas políticas de atenção a essas comunidades.

Os garimpeiros saem de Boa Vista em direção ao garimpo com os medicamentos em mãos para vender para os que ficaram em campo, segundo um enfermeiro que trabalhou por oito anos na terra indígena Yanomami. A estimativa é de que haja cerca de 20 mil garimpeiros na reserva - o número explodiu nos últimos anos.

Segundo ele, que preferiu não se identificar, os desvios de caixas do produto já ocorriam na área de Logística da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), órgão ligado ao Ministério da Saúde. No transporte dos lotes até a reserva, também são relatados problemas. “Durante o traslado na aeronave, o medicamento some”, disse à reportagem outro técnico que já teve passagem pela Sesai.

Na reserva, os profissionais da saúde, por medo, acabam também atendendo garimpeiros. Isso agrava a falta de remédios e a sobrecarga de trabalho. Grupos ligados à mineração ilegal dominam áreas dentro da reserva, incluindo pistas de pouso e até uma unidade de saúde. “Ocorre a troca de remédio por ouro”, afirma Junior Hekurari, do Conselho Distri-

tal de Saúde Indígena (Condisi).

A falta de medicamentos, bem como acusações de servidores que negociam com garimpeiros por ouro, já haviam sido levantadas em audiência pública, da Câmara dos Deputados, em junho de 2022. Após questionamentos da deputada Joenia Wapichana (Rede-RR), que presidiu a comissão, Paulo Teixeira de Souza Oliveira, delegado da Polícia Federal, que representou o Ministério da Justiça e Segurança Pública, disse que “esse crime de comércio de ouro, cometido supostamente por servidores, em troca de comida e vacina” está sendo investigado.

“A informação da nossa Superintendência de Roraima é que existe um inquérito aberto. Esse fato foi noticiado pela mídia e esse inquérito está em andamento. É claro que vamos preservar o sigilo até mesmo em interesse do resultado útil da investigação. Mas, sim, os fatos estão sendo apurados”, disse o delegado à época. Questionada pela reportagem, a PF não respondeu até a publicação desta matéria. A reportagem também não conseguiu contato com Joenia, que hoje preside a Fundação Nacional dos Povos Originários (Funai).

A reportagem também tentou contato com o novo secretário da Sesai, Weibe Tapeba, e com o ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroga, da gestão Jair Bolsonaro, mas não obteve retorno. Nas redes sociais, Bolsonaro disse que a emergência Yanomami é uma “farsa da esquerda” e afirmou que a saúde indígena foi uma das prioridades em seu governo, destacando a atuação durante a pandemia da covid-19.

Os servidores relataram que a saúde indígena tem dificuldades “naturais”. Não se espera que os indígenas se desloquem até as unidades básicas de saúde para atendimento, o que exige busca ativa dos profissionais da saúde, em terrenos pouco favoráveis e no meio da floresta.

No Distrito Sanitário Yanomami, relatos, os profissionais muitas vezes ficam ilhados dentro do posto. Eles contam que os Yanomami são um povo guerreiro, e conflitos entre os próprios indígenas podem ser bastante violentos, o que encurla os funcionários da saúde. Somado a isso, há o medo dos invasores e dos nativos cooptados para trabalhar no garimpo, que têm armas de fogo. “Tem crianças armadas, tem adolescentes armados.”

TRATAMENTOS

Governo federal assina decreto para combater crise humanitária

O governo federal publicou na terça-feira, 31, por meio de decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mais uma série de medidas para combater a crise humanitária que atinge o povo Yanomami, em Roraima. As ações também têm por objetivo neutralizar o garimpo ilegal da região.

Entre as determinações estão a autorização para alguns ministérios requisitar servidores, bens e serviços para o tratamento e proteção dos indígenas Yanomamis, incluindo desde o fornecimento de água potável, alimentos e vestuários até a perfuração de poços artesianos e aberturas de postos de apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e de Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

Estão autorizados a fazer essas requisições os ministros de Estado da Defesa, José Múcio Monteiro; da Saúde, Nísia Trindade; do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias; e dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara.

O decreto também amplia as ações da Aeronáutica no espaço aéreo para combater o tráfego de aviões suspeitos de atividades ilícitas. Para isso, será criada a Zona de identificação de Defesa Aérea (Zida), que ficará sobrejacente e adjacente ao território Yanomami enquanto durar o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

O governo federal também atribuiu à Força Nacional de Segurança a missão

de atuar na segurança das equipes de saúde e assistência que vão trabalhar no território Yanomami.

Ainda segundo o decreto, o Ministério da Defesa vai atuar no “fornecimento de dados de inteligência e no transporte aéreo logístico das equipes da Polícia Federal, do Ibama e dos demais órgãos e entidades da administração pública federal”, que atuarão no combate da mineração ilegal na região.

No último dia 20, o Ministério da Saúde declarou emergência em saúde pública de importância nacional para a situação vivida pelo povo Yanomami. A medida foi tomada porque o território, com mais de 30 mil indígenas, tem sofrido com casos de insegurança alimentar, desnutrição infantil, malária e falta de acesso da população à saúde.

Muitos desses problemas foram agravados pela presença de garimpeiros ilegais. A atividade de mineração, proibida no local, contamina os rios e afugenta os animais que servem de caça e alimentos para os povos originários. Conflitos armados entre os garimpeiros e os Yanomami também têm vitimado parte dos indígenas.

No dia 23, profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) foram à região para ajudar no tratamento dos indígenas e no diagnóstico da situação. Na terça-feira passada, 24 um hospital de campanha foi instalado na comunidade Surucucu para intensificar o atendimento emergencial aos locais.

ARF-Administração e Participações S/A

CNPJ/ME nº 45.876.588/0001-80 - NIRE 35.300.108.728

Ata da Assembleia Geral Extraordinária
Data: 26 de dezembro de 2022, às 10:00 (dez) horas. Local: Sede Social, à Rua Dom Joaquim de Oliveira, 126, Sala 01, nesta Cidade. **Publicação:** Dispensada na forma do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76; **Demonstrações Financeiras:** Dispensadas por tratar-se de Demonstrações Financeiras Intermediárias; **Mesa Diretora:** Presidente, Eduardo Mattos Antoniazzi, Secretário, Roberto Antoniazzi; **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme assinaturas lavradas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre: 1 - Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 30 de novembro de 2022; 2 - a) Proposta para a Distribuição de Dividendos com origem na conta de Reserva de Lucros; b) Outros assuntos de interesse social. **Deliberações:** a) Foram aprovadas as Demonstrações Financeiras relativas ao Período encerrado em 30 de novembro de 2022. Do Lucro Líquido do Período no valor de R\$ 720.069,73 (setecentos e vinte mil, sessenta e nove reais e setenta e três centavos), R\$ 36.003,49 (trinta e seis mil, três reais e quarenta e nove centavos) foram destinados ao pagamento dos dividendos obrigatórios aos acionistas, a ser efetuado até 30/04/2023, restando o saldo de R\$ 684.066,24 (seiscentos e oitenta e quatro mil, sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos) a ser destinado para a conta de Reserva de Lucros. Não foi constituída a Reserva Legal em virtude do saldo dessa Reserva já ter atingido o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Capital Social, conforme previsão legal; b) Foi aprovada a distribuição de dividendos com origem na conta de Reserva de Lucros, no valor de R\$ 526.970,72 (dois milhões, quinhentos e vinte e seis mil, novecentos e setenta e dois centavos) a serem pagos a critério da Diretoria da sociedade, à medida que as disponibilidades financeiras permitirem, devendo seu valor ser mantido em conta corrente em nome dos acionistas até o efetivo pagamento. **Deliberações Finais:** Deliberado e votado para que ficasse constando nesta Ata, que as deliberações foram votadas e aprovadas pela unanimidade dos acionistas presentes, com direito a voto, abstendo-se de votar os legalmente impedidos quando a matéria assim o exigisse, na forma da lei. Lavrada, lida e achada conforme, vai a presente Ata assinada pela Mesa Diretora, São Paulo, 28 de dezembro de 2022. Presidente da Mesa, Eduardo Mattos Antoniazzi; Secretário da Mesa, Roberto Antoniazzi. Acionistas presentes: Aylon Antoniazzi, Sandra Maria Antoniazzi Ferrini, Cristiana Mattos Antoniazzi, Fernando Mattos Antoniazzi, Eduardo Mattos Antoniazzi, Gilberto Mattos Antoniazzi e Alexandre Mattos Antoniazzi. A presente é cópia fiel do original. **Eduardo Mattos Antoniazzi - Presidente; Roberto Antoniazzi - Secretário. Antonio Puzello - CT-15P097105/O-1. JUCESP** ED. 64.249/23-7 em 26/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Procuradora

Ser Finanças - Serviços Financeiros Ltda.

CNPJ/ME nº 42.724.883/0001-22 - NIRE 35.237.462.817

Instrumento Particular de Alteração do Instrumento Social da Ser Finanças - Serviços Financeiros Ltda., para Transformação do Tipo Jurídico de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade por Ações, Destituição e Eleição de Membros da Administração e Aprovação da Redação do Novo Estatuto Social
Pelo presente instrumento particular e, na melhor forma de direito, as partes abaixo: **1. Ser Educacional S.A.**, sociedade anônima devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede em Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida da Saudade, 254, Bairro Santo Amaro, CEP 50100-200, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.986.320/0001-13 e no Registro de Empresas sob NIRE nº 26.300.01679-6, neste ato representada por seus Diretores, **Sr. Jânjo Janguê Bezerra Diniz**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.169.091-587/PE e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob nº 567.918.444-34, com endereço profissional na Avenida da Saudade, nº 254, bairro de Santo Amaro, cidade do Recife, Estado de Pernambuco, CEP: 50.100-200 e **Sr. João Albcório Porto de Aguiar**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.942.826 - SSP/PE e inscrito no CPF/ME sob nº 819.680.604-30, com endereço profissional na Avenida da Saudade, nº 254, bairro de Santo Amaro, cidade do Recife, Estado de Pernambuco, CEP: 50.100-200; e **2. Uninassau Participações S.A.**, sociedade anônima devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida da Saudade, 254, Santo Amaro, CEP 50100-200, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.570.214/0001-69 e no NIRE 26.3000.2163-3, neste ato representada pelo Sr. **Adriano Lisboa de Azevedo**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 906.456-5 SSP/BA e inscrito no CPF/ME sob o nº 928.249.275-34, com endereço profissional na Avenida da Saudade, nº 254, Bairro Santo Amaro, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 50100-200 e **João Albcório Porto de Aguiar**, acima qualificado, únicas sócias da sociedade empresária limitada **Ser Finanças - Serviços Financeiros Ltda.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.724.883/0001-22, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 702, Itaim Bibi, Conjunto 101, CEP 04532-002, com seu Contrato de Constituição devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35.237.462.817, em sessão de 15 de julho de 2021 e com sua 1ª e última Alteração de Contrato Social arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 298.465722-0, em sessão de 15 de junho de 2022 (“**Sociedade**”), têm entre si justo e contratado o seguinte: **1. Transformação do Tipo Jurídico de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade por Ações:** 1.1. Fica aprovada a transformação do tipo jurídico da Sociedade de sociedade empresária de responsabilidade limitada para sociedade por ações, passando a operar sob a denominação social de **“Ser Finanças - Serviços Financeiros S.A.”** (“**Companhia**”), a qual, para todos os propósitos legais, será uma continuação da sociedade de responsabilidade limitada, sem a interrupção de sua existência legal e será regida por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), bem como pelas demais disposições legais aplicáveis às sociedades por ações. **1.2.** Fica consignado que o capital social de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas, do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, passará a ser dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, as quais serão distribuídas entre as atuais sócias, **Ser Educacional S.A.** e **Uninassau Participações S.A.**, acima qualificadas, proporcionalmente à participação de cada uma delas no capital social, nos termos do Boletim de Subscrição anexo ao presente instrumento na forma do **Documento 1**, o qual será arquivado na sede da Companhia. **1.3.** Fica consignado que, por força da transformação da Companhia, ficam extintos os cargos da administração tais como previstos no Contrato Social da Companhia, e determinar que a Companhia seja administrada por um Conselho de Administração, composto por no máximo 7 (sete) membros, residentes ou não no Brasil e uma Diretoria composta por 2 (dois) membros, residentes no Brasil, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 1 (um) ano. **1.4.** Fica estabelecido que a Companhia continuará a operar dentro do mesmo exercício social, atendidas as exigências fiscais e contábeis. **1.5.** Fica aprovada a não instalação do Conselho Fiscal da Companhia e o presente exercício social. **1.6.** Fica estabelecido que a remuneração anual e global dos administradores da Companhia será fixada em Assembleia Geral a ser especificamente convocada para esse fim. **1.7.** Ficam autorizados os administradores da Companhia a procederem com todos os atos complementares à referida transformação, inclusive reuniões, averbações e transferências necessários à completa regularização da operação. **2. Destituição e Eleição dos Membros da Administração da Companhia:** 2.1. Fica consignada, por este ato, a destituição dos Srs. **João Albcório Porto de Aguiar** e **Adriano Lisboa de Azevedo** da administração da Companhia. **2.2.** Ficam eleitos para os cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 1 (um) ano, os Srs. (i) **Jânjo Janguê Bezerra Diniz**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.169.091-587/PE e inscrito no CPF/ME sob nº 567.918.444-34, residente e domiciliado na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco e com endereço profissional na Avenida da Saudade, nº 254, bairro de Santo Amaro, CEP: 50.100-200, na mesma cidade, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) **Joaldo Janguê Bezerra Diniz**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.959.418 SSP/PE e inscrito no CPF/ME sob nº 028.159.254-35, residente e domiciliado na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco e com endereço profissional na Avenida da Saudade, nº 254, bairro de Santo Amaro, CEP: 50.100-200, na mesma cidade, para o cargo de conselheiro; e (iii) **Rodrigo de Macedo Alves**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade RG nº 29.442.636-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 265.630-488-11, com endereço profissional na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida da Saudade, nº 254, Santo Amaro, CEP 50100-200, para o cargo de conselheiro. **2.3.** Pela assinatura dos termos de posse anexos ao presente instrumento como **Documento 1**, os Conselheiros ora eleitos tomam posse de seus cargos e declaram, sob as penas da lei e para todos os fins de direito, que não estão impedidos por lei especial, condenados, ou sob efeitos de condenação, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Ainda, os acionistas consignam que os termos de posse dos Conselheiros ora eleitos serão arquivados no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, o qual será arquivado na sede da Companhia. **3. Aprovação do Estatuto Social da Companhia:** Em decorrência das deliberações acima, os acionistas resolvem adotar o novo Estatuto Social da Companhia, que passa a reger todos os direitos e as obrigações dos acionistas e da Companhia perante terceiros, anexo ao presente instrumento como **Documento 1**, o qual será arquivado na sede da Companhia. **E, por estarem assim justos e contratados**, os acionistas assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas. São Paulo, 15 de dezembro de 2022. **Ser Educacional S.A.** - p. **Jânjo Janguê Bezerra Diniz** e **João Albcório Porto de Aguiar;** **Uninassau Participações S.A.** - p. **Adriano Lisboa de Azevedo e João Albcório Porto de Aguiar;** **Visão do Advogado - Nathalie Regnier Cortes - OAB/PE** nº 55107-1, **JUCESP** S/A nº 3530060833-0 em 19/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **JUCESP** nº 24.13323-1 em 19/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

BRAS CROW INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ/ME nº 43.825.660/0001-14 - NIRE 35.201.038.942

Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora e Local. Aos 30/01/2023, às 10h, na sede social, SSP, Rua São Paulo Viana, nº 202, sala 42, Paraisópolis, Convocação e Presença. Convecção dispensada, face à presença da sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **Mesa.** Os trabalhos foram presididos e secretariados pelo Sr. **Pedro Miguel Justiniano Youngquist. Ordem do Dia.** Deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Sociedade por ser considerado excessivo em relação ao objeto social; e (ii) a autorização aos administradores da Sociedade para realizarem todos os atos necessários ao cumprimento do quanto decidido. **Deliberações.** A única sócia quotista decide (i) aprovar a redução do capital social em R\$ 1.260.343,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 1.260.343 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, total de propriedade da sócia **Brack Empreendimentos e Serviços Ltda.**, a qual receberá em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital. Dessa forma, o capital social passa de R\$ 2.231.051,00 para R\$ 5.970.708,00; e (ii) autorizar o administrador da Sociedade a assinar e firmar todos os documentos necessários para a restituição dos valores devidos em razão da redução de capital, nos termos aprovados acima, assim como a publicar esta ata, enviando um resumo das deliberações aprovadas, para os fins prescritos no artigo 1.084 e seus parágrafos do Código Civil, após o quê, arquivada a alteração do contrato social, consignando o novo valor do capital social. **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 30 de janeiro de 2023. **Mesa:** Pedro Miguel Justiniano Youngquist. **Sócia: Brack Empreendimentos e Serviços Ltda.** - Pedro Miguel Justiniano Youngquist - Administrador.

TIMBER XI SPE S.A.

CNPJ/ME nº 25.186.848/0001-88 - NIRE 35.300.493.16-8

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2022 (Lavrada sob a forma de surdamento). Data: 10 de outubro de 2022, às 11:00 horas. Local: Sede Social, à Rua Alexandrino de Moraes, 222, salas 01, 02 e 03, na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo, CEP 18407-130. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade. **Mesa:** Presidente, Sr. Mathieu de Barros Moura; e Secretária, Sra. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Após exame e discussão das matérias, a totalidade dos acionistas aprovou, sem quaisquer reservas ou ressalvas: (I) a publicação desta ata na forma prevista no § 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações; (II) o resgate, a suporte da conta de reservas de capital, sem redução do capital social da Companhia, de 7.000.000 (sete milhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia, todas nominativas e sem valor nominal, retirando-as definitivamente de circulação e providenciando o cancelamento das mesmas, nos termos do artigo 44 da Lei 6.404/76, mediante entrega de R\$ 1.866.666,70 (um milhão e oitocentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais e setenta centavos) a BTGI Investimentos Florestais S.A., e R\$ 5.133.333,30 (cinco milhões e cento e trinta e três mil e trezentos e trinta e três reais e trinta centavos) ao BTG Pactual Timberland Fund I - FIP, totalizando o montante de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais); (III) Em decorrência da deliberação acima, os acionistas acordaram em alterar o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 5º.- O capital social da Companhia é de R\$ 4.144.250,00 (quatro milhões, cento e quarenta e quatro mil e duzentos e cinquenta reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, sendo 30.719.496 (trinta milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e noventa e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 12.280.504 (doze milhões, duzentos e oitenta mil, quatrocentos e quatro) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.”** **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e aprovada pelos acionistas, tendo sido assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente - Mathieu de Barros Moura; e Secretária - Fernanda Jorge Stallone Palmeiro. **Acionistas:** BTG Pactual Timberland Fund I - FIP, neste ato representada por sua gestora, a BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda. e BTGI Investimentos Florestais S.A. **Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 10 de outubro de 2022. **Fernanda Jorge Stallone Palmeiro** - Secretária. **JUCESP** nº 658.318/22-6 em 16/11/2022.

J&T Express Brazil Ltda.

CNPJ nº 42.584.754/0001-86 - NIRE 35.237.415.070

Edital de Convocação

Sede Social: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administração da **J&T EXPRESS BRAZIL LTDA.** (“**Sociedade**”), nos termos do Parágrafo 3º do artigo 1.152 e Caput do artigo 1.074 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (“**Código Civil**”), convoca os sócios da Sociedade para a **Reunião dos Sócios**, que será realizada na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em **primeira convocação, no dia 06 de fevereiro de 2023, às 10:00h, e em segunda convocação, no mesmo local e data, às 11:00h**, para tratar da seguinte ordem do dia: (I) Deliberar sobre a abertura de novas filiais da Sociedade, a serem instaladas nos seguintes endereços: (a) Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Rua Dionizio Zacaron, nº 2255, Vila Toninho, CEP 15077-010; (b) Município de Itati, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 150, Térreo, CEP 84500-009; (c) Município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia, na Rodovia BA 220, nº 796, Santos Dumont, CEP 48970-000; (d) Município de Itabomim, Estado de Minas Gerais, na Rua Padre Paraiso, nº 279, São Jorge, CEP 39625-000; (e) Município de Almenara, Estado de Minas Gerais, na Rua Capitão Marcelino, nº 655, Tereza Cristina, CEP 39900-000; (f) Município de Unaí, Estado de Minas Gerais, na Rua Canadá, nº 110, De Lourdes, CEP 38616-472; (g) Município de Varginha, Estado de Minas Gerais, na Rua Murilo Foresti, nº 130, Jardim Ribeiro, CEP 37068-140; (h) Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, na Rua Jota Santana, nº 93, Cidade Nova, CEP 38706-406; (i) Município de Aracatuba, Estado de São Paulo, na Rua Antônio Gomes do Amaral, nº 533, Santarima, CEP 16050-430; e, (j) Município de São João Del Rey, Estado de Minas Gerais, na Avenida Trinta Um de Março, nº 1346, Quadra 003, Colônia do Marçal, CEP 36302-016; (II) Autorizar os administradores e/ou os procuradores da Sociedade a tomarem todas as providências e a assinarem todos e quaisquer documentos necessários para a formalização das resoluções no item acima. São Paulo - SP, 27 de janeiro de 2023. **QIANG WANG** - Diretor Presidente

AgroGalaxy Participações S.A.

CNPJ nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 35.300.489.543

Comunicado ao Mercado

O **AgroGalaxy Participações S.A.** (B3: AGXY3) (“**AgroGalaxy**” ou “**Companhia**”), conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de janeiro de 2023, informa da alteração do jornal de grande circulação utilizado pela Companhia para a realização de suas publicações oficiais, que passa a ser o Diário de Notícias da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e, ainda, que procederá com a sua ratificação em sede de Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. São Paulo, 30 de janeiro de 2023. **AgroGalaxy Participações S.A. - Maurício Puliti** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.

CNPJ/ME nº 36.062.772/0001-03 - NIRE 35.300.547.829

Edital de 1ª (Primeira) Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, Objeto de Oferta Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., a ser Realizada em 16 de Fevereiro de 2023

Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, na Rodovia Washington Luis, km 216,8 - Pista Sul, CEP 13530-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“**CNPJ**”) sob o nº 36.062.772/0001-03, com NIRE sob o nº 35.300.547.829 na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**Emissora**”), por meio do presente, convoca os titulares das debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Emissora, as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição (“**Debenturistas**”, “**Debêntures**” e “**Emissão**”, respectivamente), nos termos da “Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, a Ser Convollada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.” celebrado em 16 de junho de 2021 entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/001-88 (“**Agente Fiduciário**”) e “**Escritura de Emissão**”, respectivamente), e dos artigos 71, §§1º e 2º, e 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a se reunirem em assembleia geral de Debenturistas a ser realizada, em 1ª (primeira) convocação, no dia 16 de fevereiro de 2023, às 14 horas, de modo exclusivamente digital (“**AGD**”), através da plataforma digital “**Microsoft Teams**”, com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 26 de março de 2020 (“**Resolução CVM 81**”), a qual será considerada, nos termos do artigo 71, §2º da Resolução CVM 81, como realizada na sede da Emissora, na Cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, na Rodovia Washington Luis, km 216,8 - Pista Sul, CEP 13530-000. A AGD terá como objetivo deliberar sobre as seguintes matérias, observado os débitos previstos nas cláusulas 6.1.1.4.1, 6.1.4.2, 6.1.4.4 e Cláusula IX da Escritura de Emissão: (a) a declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total (conforme definido na Escritura de Emissão) até 07 de fevereiro de 2023, nos termos da Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão; (b) a concessão de dispensa prévia (*waiver* temporária) para o não cumprimento, pela Emissora, a partir da data da realização da AGD até 15 de maio de 2023, da obrigação de realizar o Resgate Antecipado Obrigatório Total (conforme definido na Escritura de Emissão) prevista na Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão, sendo certo que, em contrapartida, a Emissora realizará, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da realização da AGD, o reforço da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido na Escritura de Emissão) por meio da criação adicional de boletins de subscrição decorrentes de aumentos de capital social na Holding Patra, na Subholding e na Emissora (conforme definidos na Escritura de Emissão), nos mesmos termos dos Boletins de Subscrição Onerados (conforme definido na Escritura de Emissão); e (c) a autorização para que a Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, pratiquem todos e quaisquer atos necessários e/ou necessários habilitados, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 26 de março de 2020 (“**Resolução CVM 81**”), a qual será considerada, nos termos do artigo 71, §2º da Resolução CVM 81, como realizada na sede da Emissora, na Cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, na Rodovia Washington Luis, km 216,8 - Pista Sul, CEP 13530-000. A AGD terá como objetivo deliberar sobre as seguintes matérias, observado os débitos previstos nas cláusulas 6.1.1.4.1, 6.1.4.2, 6.1.4.4 e Cláusula IX da Escritura de Emissão: (a) a declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total (conforme definido na Escritura de Emissão) até 07 de fevereiro de 2023, nos termos da Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão; (b) a concessão de dispensa prévia (*waiver* temporária) para o não cumprimento, pela Emissora, a partir da data da realização da AGD até 15 de maio de 2023, da obrigação de realizar o Resgate Antecipado Obrigatório Total (conforme definido na Escritura de Emissão) prevista na Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão, sendo certo que, em contrapartida, a Emissora realizará, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da realização da AGD, o reforço da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido na Escritura de Emissão) por meio da criação adicional de boletins de subscrição decorrentes de aumentos de capital social na Holding Patra, na Subholding e na Emissora (conforme definidos na Escritura de Emissão), nos mesmos termos dos Boletins de Subscrição Onerados (conforme definido na Escritura de Emissão); e (c) a autorização para que a Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, pratiquem todos e quaisquer atos necessários e/ou necessários habilitados, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 26 de março de 2020 (“**Resolução CVM 81**”), a qual será considerada, nos termos do artigo 71, §2º da Resolução CVM 81, como realizada na sede da Emissora, na Cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, na Rodovia Washington Luis, km 216,8 - Pista Sul, CEP 13530-000. A AGD terá como objetivo deliberar sobre as seguintes matérias, observado os débitos previstos nas cláusulas 6.1.1.4.1, 6.1.4.2, 6.1.4.4 e Cláusula IX da Escritura de Emissão: (a) a declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total (conforme definido na Escritura de Emissão) até 07 de fevereiro de 2023, nos termos da Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão; (b) a concessão de dispensa prévia (*waiver* temporária) para o não cumprimento, pela Emissora, a partir da data da realização da AGD até 15 de maio de 2023, da obrigação de realizar o Resgate Antecipado Obrigatório Total (conforme definido na Escritura de Emissão) prevista na Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão, sendo certo que, em contrapartida, a Emissora realizará, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da realização da AGD, o reforço da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido na Escritura de Emissão) por meio da criação adicional de boletins de subscrição decorrentes de aumentos de capital social na Holding Patra, na